



**ANTONIO MENEGHETTI FACULDADE
ESPECIALIZAÇÃO EM PEDAGOGIA ONTOPSICOLÓGICA**

ANTONIO MARCOS MARTINS SANTOS

**VIOLÊNCIA ESCOLAR E PREVENÇÃO: UMA ABORDAGEM INTEGRADA
ENTRE A PEDAGOGIA ONTOPSICOLÓGICA E A SEGURANÇA PÚBLICA NA
QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA**

**RESTINGA SÊCA, RECANTO MAESTRO
2026**

ANTONIO MARCOS MARTINS SANTOS

**VIOLÊNCIA ESCOLAR E PREVENÇÃO: UMA ABORDAGEM INTEGRADA
ENTRE A PEDAGOGIA ONTOPSICOLÓGICA E A SEGURANÇA PÚBLICA NA
QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA**

Artigo apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Especialista em Pedagogia
Ontopsicológica, Curso de Pós-Graduação em
Pedagogia Ontopsicológica, Faculdade Antonio
Meneghetti - AMF.

Orientadora: Professora Dra. Annalisa Cangelosi

**RESTINGA SÊCA, RECANTO MAESTRO
2026**

ANTONIO MARCOS MARTINS SANTOS

**VIOLÊNCIA ESCOLAR E PREVENÇÃO: UMA ABORDAGEM INTEGRADA
ENTRE A PEDAGOGIA ONTOPSICOLÓGICA E A SEGURANÇA PÚBLICA NA
QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA**

Artigo apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Especialista em Pedagogia
Ontopsicológica, Curso de Pós-Graduação em
Pedagogia Ontopsicológica, Faculdade Antonio
Meneghetti - AMF.

Orientadora: Professora Dra. Annalisa Cangelosi

Restinga Seca, RS, 01 de julho de 2026.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof(a). Dra. Annalisa Cangelosi
Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso
Faculdade Antonio Meneghetti

Prof(a). Dra. Rafaela Tagliapietra
Membro da Banca Examinadora
Faculdade Antonio Meneghetti

Prof. Dr. Ivanio Dickmann
Membro da Banca Examinadora
Faculdade Antonio Meneghetti

VIOLÊNCIA ESCOLAR E PREVENÇÃO: UMA ABORDAGEM INTEGRADA ENTRE A PEDAGOGIA ONTOPSICOLÓGICA E A SEGURANÇA PÚBLICA NA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA

Antonio Marcos Martins Santos¹

Annalisa Cangelosi²

RESUMO: A violência escolar tem se intensificado nas últimas décadas, configurando-se como um dos principais desafios sociais contemporâneos. Essa problemática reflete transformações nas estruturas familiares, desigualdades socioeconômicas e a fragilização dos vínculos comunitários, repercutindo diretamente no ambiente educacional. O presente estudo tem como objetivo analisar de que forma a Pedagogia Ontopsicológica, articulada à Segurança Pública, pode contribuir para a prevenção da violência escolar, tomando como campo de estudo os municípios da 4ª Colônia de Imigração Italiana, no Rio Grande do Sul. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada no método Design Science Research (DSR), voltado à construção de um modelo educativo e preventivo que integra princípios da Ontopsicologia às práticas do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD). A proposta do artefato visa contribuir com o currículo da cartilha do programa, destinada aos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, por meio da inserção de uma base formativa centrada no desenvolvimento das autonomias psicológica, legal, econômica e social. Busca-se promover o autoconhecimento, a reflexão crítica e a capacidade de tomada de decisões assertivas e responsáveis, fortalecendo a formação integral dos estudantes. Espera-se que a articulação entre a Pedagogia Ontopsicológica e as ações do PROERD contribua para o fortalecimento do protagonismo juvenil, da ética nas relações e da cultura de paz no ambiente escolar. Denota-se que a integração entre Educação e Segurança Pública constitui um caminho promissor para a promoção de ambientes escolares mais seguros, cooperativos e formativos, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da Agenda 2030 da ONU: 4 Educação de Qualidade, 10 Redução das Desigualdades e 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Palavras-chave: Pedagogia Ontopsicológica; Prevenção; Quarta Colônia de Imigração Italiana; Segurança Pública; Violência Escolar.

ABSTRACT: School violence has intensified over recent decades, becoming one of the major contemporary social challenges. This issue reflects changes in family structures, socioeconomic inequalities, and the weakening of community ties, directly affecting the educational environment. This study aims to analyze how Ontopsychological Pedagogy, in conjunction with Public Security, can contribute to the prevention of school violence, focusing on the

¹ Possui Graduação em Direito pela Universidade de Cruz Alta. Tecnólogo em Segurança Pública pela Uninter. Bacharel em Ontopsicologia pela Antonio Meneghetti Faculdade. Oficial da Reserva da Brigada Militar. Instrutor da Escola de Formação de Sargentos da Brigada Militar. Instrutor do Proerd. Secretário Municipal de Assistência Social do Município de Faxinal do Soturno. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público. E-mail: opmcolorado27@gmail.com

² Doutora em Pedagogia Experimental (Università degli Studi di Roma La Sapienza, Itália); Especialista em Psicologia com abordagem em Ontopsicologia (Universidade Estatal de São Petersburgo, Rússia); Especialista em Ciências Motoras e Esportivas e Bacharela em Educação Física (Università degli Studi di Roma Foro Italico, Itália); Professora e Pesquisadora nos Cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão da Faculdade Antonio Meneghetti (AMF), Brasil; Formadora em Ontopsicologia, para estudantes e profissionais em instituições internacionais públicas e privadas. E-mail: analisa.cangelosi@amf.edu.br

municipalities of the 4th Italian Immigration Colony in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. The research adopts a qualitative, exploratory, and descriptive approach, based on the Design Science Research (DSR) method, with the purpose of developing an educational and preventive model that integrates the principles of Ontopsychology into the practices of the Educational Program for Drug and Violence Resistance (PROERD). The proposed artifact seeks to contribute to the program's educational booklet designed for fifth-grade elementary school students by incorporating a formative framework centered on the development of psychological, legal, economic, and social autonomy. The proposal aims to promote self-knowledge, critical reflection, and the ability to make assertive and responsible decisions, thereby strengthening students' holistic development. It is expected that the integration of Ontopsychological Pedagogy with PROERD actions will foster youth protagonism, ethical interpersonal relationships, and a culture of peace within the school environment. The findings indicate that the integration of Education and Public Security represents a promising strategy for promoting safer, more cooperative, and educational school environments, aligned with the United Nations 2030 Agenda Sustainable Development Goals (SDGs): Goal 4 (Quality Education), Goal 10 (Reduced Inequalities), and Goal 16 (Peace, Justice and Strong Institutions).

Keywords: Ontopsychological Pedagogy; Prevention; Fourth Italian Immigration Colony; Public Safety; School Violence. Introdução

1 Introdução

Nos últimos anos, têm sido cada vez mais frequentes as notícias sobre ocorrências violentas em escolas brasileiras, muitas delas resultando em vítimas fatais. Situações que antes pareciam distantes e restritas a países como os Estados Unidos, hoje, integram a realidade nacional, revelando um fenômeno em expansão e de extrema gravidade.

A violência escolar consolidou-se, assim, como um dos mais sérios desafios sociais contemporâneos, afetando instituições de ensino de diferentes níveis e contextos culturais em todo o país. Esse quadro reflete uma sociedade em transformação, marcada por instabilidade nas relações familiares, desigualdades socioeconômicas e fragilidade dos vínculos interpessoais, fatores que acabam repercutindo diretamente no ambiente educacional. As escolas, tradicionalmente concebidas como espaços de formação humana, moral e cidadã, têm se tornado, em muitos casos, cenários de conflitos, agressões e comportamentos que comprometem a convivência pacífica e o processo de aprendizagem. Pesquisas recentes apontam um aumento expressivo de episódios de violência nas escolas brasileiras, tanto dentro das salas de aula quanto em seus arredores, envolvendo alunos, professores, gestores e familiares. Diante dessa realidade, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, que una esforços dos campos da Educação, Psicologia e Segurança Pública, articulando políticas integradas de prevenção e promoção da cultura de paz.

De acordo com Rodrigues (2023), publicado em Agência Brasil, entre janeiro e setembro de 2023, o Disque 100 — canal oficial do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) destinado a denúncias de violações de direitos humanos — registrou mais de 9,5 mil ocorrências relacionadas à violência em escolas de todo o país. O levantamento evidencia um aumento de 50% nas denúncias em comparação com períodos anteriores, indicando uma escalada preocupante de conflitos e agressões no ambiente escolar. Os dados revelam ainda que, entre 2013 e 2023, os casos de violência interpessoal nas escolas cresceram 254%, passando de 3,7 mil para 13,1 mil registros, resultando em 47 mortes confirmadas no período. Somente no ano de 2023, o Disque 100 contabilizou mais de 1,2 mil denúncias envolvendo agressões contra professores, o que demonstra a gravidade do problema e a necessidade de respostas institucionais urgentes (Rodrigues 2023).

Diante desse cenário alarmante, torna-se imprescindível o engajamento coletivo da sociedade na formulação e na cobrança de políticas públicas eficazes voltadas à prevenção, repressão e mitigação da violência escolar. É fundamental que governos, instituições educacionais e forças de segurança atuem de maneira articulada, desenvolvendo estratégias que ultrapassem o caráter reativo e privilegiem ações educativas e preventivas. Nesse contexto, as Polícias Militares desempenham um papel essencial, uma vez que a sua atuação está amparada na Constituição Federal de 1988, a qual, em seu artigo 144, define a segurança pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Esse dispositivo estabelece que a polícia ostensiva, sob responsabilidade das polícias militares, é um dos pilares da preservação da ordem pública e da proteção das pessoas e do patrimônio (Brasil, 1988).

No caso específico do Estado do Rio Grande do Sul, essa função é exercida pela Brigada Militar, que adota uma postura de proximidade com a comunidade, reforçando a corresponsabilidade na manutenção da segurança e na promoção da paz social. Essa filosofia de atuação fundamenta-se na prevenção e no diálogo, sendo materializada em programas educativos que promovem o fortalecimento dos laços entre a polícia e a população. Entre essas iniciativas, destaca-se o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), que tem se consolidado como uma das principais ferramentas de prevenção primária à violência no ambiente escolar, atuando diretamente com crianças, adolescentes, professores e famílias.

Com 28 anos de atuação no Rio Grande do Sul, desde 1998, o PROERD já formou mais de 1,5 milhão de alunos da educação básica, consolidando-se como referência nacional em prevenção ao uso de drogas e à violência. Até o ano de 2023, o programa concentrou os seus esforços principalmente no ensino fundamental, mas recentemente expandiu as suas ações para

o ensino médio, adaptando os seus currículos e metodologias às especificidades dessa faixa etária. Essa ampliação reflete o reconhecimento da importância de abordar, de forma mais profunda, as demandas e vulnerabilidades próprias da juventude.

Ainda que os resultados do PROERD sejam amplamente positivos, observa-se a necessidade de aprofundar a sua integração com fundamentos pedagógicos contemporâneos, especialmente aqueles que favoreçam o autoconhecimento, o desenvolvimento socioemocional e o protagonismo juvenil. A educação para a vida - que une valores éticos, consciência crítica e responsabilidade social - torna-se, assim, o eixo central de um modelo preventivo mais eficaz e alinhado às transformações da sociedade contemporânea.

Na presente pesquisa, foi adotado o método Design Science Research (DSR), que se caracteriza pela criação e avaliação de artefatos (modelos, ferramentas ou propostas) voltados à resolução de problemas reais. No caso deste estudo, o artefato consistirá em uma proposta de modelo educativo e preventivo que integre fundamentos ontopsicológicos e práticas de segurança pública, com foco na formação de jovens autônomos e assertivos em suas escolhas. A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, possibilitando acrescentar a criação de um artefato exequível no contexto escolar. Nessa abordagem, a prevenção não se limita à evitação de comportamentos de risco, mas ao desenvolvimento da capacidade de autonomia do sujeito, entendida como a habilidade de escolher com inteligência, responsabilidade e liberdade. Promover o desenvolvimento das autonomias psicológica, legal, econômica e social como base de convivência ética e responsável. Quando o aluno aprende a lidar consigo mesmo, a violência perde espaço.

Conforme Dresch et al. (2015), a primeira etapa da DSR consiste na identificação do problema, momento em que, a partir do interesse da pesquisa, é localizada uma questão relevante ou uma possível solução para um problema. Assim, o estudo pretende responder à seguinte questão-problema: de que forma a Pedagogia Ontopsicológica, aliada à Segurança Pública, pode oferecer soluções preventivas e educativas para fortalecer a segurança escolar na região da 4ª Colônia de Imigração Italiana?

Nesse sentido, a Pedagogia Ontopsicológica, desenvolvida por Antonio Meneghetti, apresenta-se como uma abordagem inovadora e profundamente coerente com as demandas atuais da educação. De acordo com Meneghetti (2010, p. 161) autonomia “significa fazer lei segundo a própria identidade específica”. Fundamentada na Ontopsicologia, essa pedagogia propõe a formação integral do ser humano, orientada pela descoberta do próprio “eu ôntico”, ou seja, da identidade pessoal autêntica. Para Meneghetti (2007), a educação deve possibilitar o desenvolvimento das quatro autonomias fundamentais — psicológica, econômica, legal e

social, formando jovens conscientes de si mesmos e de sua responsabilidade perante o mundo. Ao ser aplicada ao contexto escolar, essa pedagogia oferece instrumentos para compreender e prevenir comportamentos desviantes, fortalecendo o senso ético e a maturidade emocional dos estudantes.

O artefato, no âmbito da Design Science Research (DSR), representa o principal resultado do processo investigativo, sendo concebido como uma solução concreta para o problema de pesquisa identificado. Ele pode assumir diferentes formatos — como modelos conceituais, instrumentos, aplicativos, jogos ou materiais instrucionais — conforme as demandas do contexto estudado, o que garante sua relevância e aplicabilidade prática. A adoção de um artefato nesta pesquisa se justifica pela própria lógica da DSR, que integra teoria e prática ao desenvolver, implementar e avaliar soluções inovadoras com base na literatura e na análise do problema. A DSR, portanto, orienta-se à busca de soluções capazes de aperfeiçoar sistemas já existentes e/ou desenvolver artefatos que qualifiquem a atuação humana em seu contexto social ou organizacional. O Design Science Research (DSR), embora mais frequentemente empregado em pesquisas das áreas de sistemas de informação, administração, engenharia e computação, tem ampliado seu espaço como uma alternativa metodológica em estudos da área da educação que demandam o desenvolvimento de artefatos e exigem uma abordagem mais interdisciplinar e colaborativa (Dresch et al., 2015).

A presente pesquisa busca articular essas duas dimensões — Pedagogia Ontopsicológica e Segurança Pública — na perspectiva da prevenção da violência escolar, tendo como campo de estudo os municípios que compõem a 4ª Colônia de Imigração Italiana, localizada no Rio Grande do Sul. A região, reconhecida como Geoparque Mundial da UNESCO, possui um patrimônio histórico e cultural singular, além de desafios sociais específicos, sobretudo relacionados à juventude e à preservação de valores comunitários. A escolha desse contexto justifica-se pela relevância local e pela oportunidade de propor ações educativas contextualizadas, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 4 (Educação de Qualidade), o ODS 10 (Redução das Desigualdades) e o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

A relevância deste trabalho está em promover um diálogo inovador entre educação e segurança pública, valorizando a responsabilidade individual e coletiva na construção de ambientes escolares seguros, saudáveis e formativos. Busca-se, com isso, contribuir tanto para a aplicação da Pedagogia Ontopsicológica quanto para o aprimoramento das práticas preventivas nas escolas gaúchas, oferecendo um modelo que possa servir de referência para outras regiões do país.

Embora se reconheça que o cerne da violência escolar esteja profundamente relacionado a questões familiares e a problemáticas de ordem afetiva e social, este trabalho não se propõe a adentrar nessa seara, considerando o elevado grau de complexidade e de interdisciplinaridade que tais aspectos demandam. Com vistas a manter o foco da investigação no âmbito educativo e preventivo, a proposta central consiste em promover, nos próprios alunos, o desenvolvimento das autonomias, de modo que se tornem capazes de tomar decisões conscientes e responsáveis por conta própria. Essa perspectiva prioriza a formação integral do indivíduo e a construção de uma consciência exata, isto é, reversível com a realidade, que o conduza à autogestão de suas ações e escolhas, alinhando-se aos princípios da Pedagogia Ontopsicológica.

Dessa forma, o objetivo geral deste estudo consiste em investigar de que forma a Pedagogia Ontopsicológica, aliada à Segurança Pública, pode oferecer soluções preventivas e educativas para fortalecer a segurança escolar na região da 4ª Colônia de Imigração Italiana? Tudo isso, propondo um artefato pedagógico que contribua para o desenvolvimento das autonomias como estratégia de prevenção à violência escolar. Para tanto, são estabelecidos como objetivos específicos: 1) compreender os fundamentos teóricos da violência escolar e das práticas preventivas; 2) analisar o papel do PROERD no contexto educacional; e 3) desenvolver uma proposta aplicada em que a Ontopsicologia dialogue com as demandas contemporâneas da educação e da segurança pública.

Este estudo se organiza em cinco capítulos: neste primeiro, foi apresentada a introdução, a contextualização do problema e o conceito de artefato; o segundo aborda o referencial teórico, fundamentando os conceitos de violência escolar, segurança pública, PROERD e Pedagogia Ontopsicológica; o terceiro descreve a metodologia, com destaque ao método DSR, apresenta soluções existentes ao enfrentamento da violência escolar, e os desdobramentos do artefato; o quarto apresenta e discute os resultados desta pesquisa; e o quinto traz as considerações finais, com a síntese dos achados e as contribuições da pesquisa para o campo educacional e social.

2 Fundamentação Teórica

2.1 O programa educacional de resistência às drogas e à violência – PROERD

Diante dos desafios enfrentados para eliminar a violência no ambiente escolar, reconhece-se a importância da atuação policial como parte das estratégias de promoção da segurança pública nas escolas. Essa presença contribui para garantir a integridade de alunos, professores e funcionários, reforçando o papel do Estado na preservação da ordem e no

fortalecimento da cultura de paz. No entanto, é essencial que essa atuação seja conduzida de forma sensível, eficaz e pautada no respeito aos direitos civis e humanos, priorizando o diálogo e a cooperação com a comunidade escolar. Mais do que uma ação repressiva, trata-se de uma intervenção educativa e preventiva, que busca aproximar a polícia da sociedade e fomentar relações de confiança. Dessa forma, a atuação policial deve ocorrer em parceria com a comunidade, ao passo que:

Ao se buscar desenvolver uma parceria sólida com a comunidade, os órgãos policiais devem buscar soluções capazes de envolver os cidadãos nas questões relacionadas à segurança, reafirmando a importância da sua participação na melhoria gradativa do ambiente comunitário e, consequentemente, da qualidade de vida local. (Pereira; Sales; De Oliveira, 2022, p. 06).

O Policiamento Comunitário representa uma filosofia de ação consolidada pela Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, que se fundamenta na construção de vínculos de confiança e cooperação entre a polícia e a comunidade. Essa abordagem busca aproximar a instituição policial da realidade social, promovendo parcerias sustentáveis e corresponsabilidade na busca por soluções para os problemas locais. Conforme explicam Santos e Bohrer (2022), a polícia comunitária se concretiza por meio de atividades que visam o contato contínuo com a população, estimulando a colaboração mútua e o compartilhamento de responsabilidades. Para os autores, trata-se de uma estratégia institucional voltada a fortalecer alianças com organismos civis e agentes sociais, de modo a identificar e priorizar demandas específicas, atuando preventivamente e de forma orientadora (Santos; Bohrer, 2022, p. 2).

Entre as ações que materializam essa filosofia, destacam-se os programas de prevenção primária, dos quais o PROERD é uma das expressões mais significativas. O programa atua como instrumento institucional de aproximação e diálogo com a comunidade escolar, servindo de referência na prevenção ao uso de drogas e na promoção de comportamentos saudáveis entre crianças e adolescentes. No Rio Grande do Sul, o PROERD encontra-se regulamentado pela Nota de Instrução nº 3.6/EMBM/2023, que define os procedimentos e diretrizes para a sua execução. O programa é desenvolvido exclusivamente pela Brigada Militar e teve início no Brasil em 1998, inspirado no modelo internacional D.A.R.E. (Drug Abuse Resistance Education), criado nos Estados Unidos na década de 1980 e adaptado à realidade brasileira.

Segundo Dall’Igna e Silva (2011), o PROERD foi objeto de diversos estudos comparativos que analisaram as suas coordenações estaduais e a evolução histórica desde a implantação no país. As autoras observam que o programa passou por constantes transformações, acompanhando as mudanças sociais, culturais e políticas do final do século

XX. Essa dinâmica motivou pesquisadores a examinar a sua eficácia, impulsionando atualizações nos métodos e nos conteúdos (Dall’igna; Silva, 2011, p. 4).

A partir dessas avaliações, o programa passou a incorporar diretrizes internacionais definidas pelo D.A.R.E. International (2020), que orienta os Centros de Treinamento no aperfeiçoamento contínuo das práticas pedagógicas. Ainda nos anos 1980, foram revisados os currículos equivalentes ao Ensino Fundamental (Middle School) e, posteriormente, ao Ensino Médio (High School). Em 2007, o Conselho Consultivo Científico do D.A.R.E., em parceria com universidades norte-americanas, desenvolveu o currículo Keeping It Real (KiR), traduzido no Brasil como “Caindo na Real”, incorporando-o à metodologia nacional (Dall’igna; Silva, 2011).

O modelo de ensino adotado pelo PROERD passou, então, de uma abordagem predominantemente expositiva para uma metodologia interativa e socioemocional, que valoriza a participação ativa dos estudantes e o desenvolvimento de habilidades de vida. Em vez de simplesmente transmitir informações, o foco voltou-se à construção de competências emocionais, comunicacionais e éticas, permitindo que os alunos compreendam as consequências de suas escolhas e desenvolvam senso crítico diante das influências externas.

Essa perspectiva pedagógica aproxima-se das concepções defendidas por Paulo Freire, que propôs uma educação dialógica e emancipadora. Ao invés de um processo unidirecional de ensino, Freire (1987) defendia a construção conjunta do conhecimento, onde educador e educando compartilham experiências e constroem significados de forma participativa. Essa visão inspira a estrutura atual do PROERD, que busca não apenas informar, mas formar sujeitos críticos e autônomos, capazes de refletir sobre sua realidade e agir de forma responsável na sociedade.

Conforme destacam Pereira, Sales e De Oliveira (2022), a aproximação entre a Polícia e a comunidade pode ocorrer em diferentes níveis e contextos, fortalecendo o vínculo social e contribuindo para a solução de conflitos locais. Essa interação constante possibilita uma compreensão mais ampla das dinâmicas sociais e das demandas de segurança de cada região, favorecendo ações mais direcionadas e eficazes. No âmbito da prevenção e repressão à criminalidade escolar, a troca contínua de informações entre cidadãos e agentes de segurança pública desempenha papel essencial, servindo como base para intervenções estratégicas que reduzem a violência, previnem novos delitos e colaboram para a diminuição dos índices criminais ao longo do tempo.

A partir de 2023, o PROERD ampliou a sua atuação também para o Ensino Médio, com o objetivo de atender adolescentes em fase de maior vulnerabilidade social e psicológica. A

nova fase do programa incorpora temas geradores e questões problematizadoras que estimulam a reflexão sobre o uso de drogas, a violência e a convivência cidadã. Essa ampliação reforça o compromisso do PROERD com a formação integral dos estudantes e com a construção de uma cultura de paz nas escolas, aproximando o programa dos princípios da educação libertadora freireana, que valoriza o protagonismo juvenil e o diálogo como instrumentos de transformação social.

O programa é ministrado exclusivamente por policiais militares instrutores, que passam por um Curso de Formação com carga horária de 80 horas-aula, realizado sob supervisão do Centro de Treinamento D.A.R.E./PROERD-RS, órgão vinculado ao Departamento de Ensino da Brigada Militar. Os candidatos à função de instrutor devem atender a critérios específicos de seleção e, após a conclusão do curso, são responsáveis por aplicar o conteúdo em escolas das redes municipais, estaduais e particulares. Cada faixa etária recebe um currículo adaptado, com materiais e temas geradores próprios, de modo que o conteúdo se adeque às necessidades cognitivas e emocionais dos estudantes.

Os instrutores também assumem a responsabilidade de avaliar a efetividade do programa e elaborar relatórios periódicos à Coordenação Estadual, garantindo a fidelidade metodológica e o constante aprimoramento das práticas pedagógicas. Dessa forma, o PROERD consolida-se como uma das principais políticas públicas preventivas na interface entre segurança pública e educação, promovendo a integração entre escola, família e comunidade, e contribuindo para a redução dos fatores de risco associados ao uso de drogas e à violência escolar.

2.2 Segurança Pública e o PROERD: fundamentos e contribuições na prevenção da violência escolar

A segurança pública, em sua concepção contemporânea, ultrapassa a simples repressão à criminalidade e passa a compreender ações integradas de prevenção, mediação de conflitos e promoção da cultura de paz. De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, devendo ser exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Essa dimensão participativa implica reconhecer que a manutenção da segurança não depende apenas das instituições policiais, mas também de uma articulação ampla entre governo, escola, família e comunidade.

No campo educacional, a parceria entre educação e segurança pública tem se mostrado estratégica na prevenção da violência, especialmente por meio de programas voltados à formação cidadã e ao fortalecimento de vínculos sociais. Dentre essas iniciativas, destaca-se o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), implementado pelas Polícias Militares em todo o Brasil. O PROERD surgiu a partir do D.A.R.E. (Drug Abuse Resistance Education), programa criado nos Estados Unidos na década de 1980, e foi adaptado ao contexto brasileiro pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro em 1992, expandindo-se posteriormente para todos os estados da federação.

O PROERD tem como finalidade principal prevenir o uso de drogas e a prática de violência entre crianças e adolescentes, por meio de uma metodologia educativa baseada no diálogo, na valorização da vida e na tomada consciente de decisões. Segundo a Lei Estadual nº 11.265, de 17 de dezembro de 1998, o programa foi oficialmente instituído no Rio Grande do Sul, consolidando-se como política pública de prevenção primária no ambiente escolar. Sua execução é de responsabilidade da Brigada Militar, em parceria com as secretarias de Educação e com as escolas municipais e estaduais.

A metodologia do PROERD é estruturada em módulos didáticos e interativos, aplicados por policiais militares instrutores especialmente formados, que atuam diretamente com turmas de educação infantil, ensino fundamental e médio. As aulas utilizam materiais lúdicos, dinâmicas, histórias e debates sobre temas como pressão de grupo, autoestima, cidadania, respeito mútuo e resolução pacífica de conflitos. Para os adolescentes, o enfoque recai sobre a capacidade de fazer escolhas responsáveis e resistir a influências negativas do ambiente social.

Conforme dados da Coordenadoria Estadual do PROERD/RS, o programa já atendeu milhares de alunos gaúchos desde a sua implantação, tornando-se uma das principais iniciativas de prevenção às drogas e à violência no Estado. Em muitas comunidades, o PROERD representa a primeira experiência de aproximação entre a Polícia Militar e o ambiente escolar, fortalecendo a confiança mútua e contribuindo para a construção de uma cultura de segurança cidadã.

Pesquisas nacionais e estaduais indicam resultados positivos da atuação do PROERD. Estudos de Belino (2023) demonstram que alunos participantes do programa tendem a desenvolver maior consciência sobre os riscos do uso de drogas, além de apresentarem atitudes mais empáticas e colaborativas. Além disso, a presença dos instrutores nas escolas contribui para reduzir a distância simbólica entre a polícia e a população, favorecendo uma percepção de segurança baseada no diálogo e na prevenção, e não apenas na repressão.

No contexto da 4ª Colônia de Imigração Italiana, o PROERD possui papel estratégico, uma vez que a região é caracterizada por laços comunitários fortes e pela valorização da família e da tradição. Tais características culturais se alinham aos princípios do programa, que busca reforçar valores éticos e fortalecer o senso de responsabilidade coletiva. A presença de instrutores da Brigada Militar nas escolas da região contribui não apenas para a prevenção de comportamentos de risco, mas também para o desenvolvimento de competências socioemocionais que reduzem a vulnerabilidade dos jovens à violência e ao uso de drogas.

A integração entre o PROERD e os fundamentos da Pedagogia Ontopsicológica oferece uma nova perspectiva de análise e atuação. Enquanto o PROERD trabalha com a prevenção comportamental e social, a Pedagogia Ontopsicológica atua na dimensão interna do sujeito, promovendo o autoconhecimento, o desenvolvimento das autonomias e o fortalecimento do “Eu ôntico” (Meneghetti, 2017). Assim, ao combinar as duas abordagens, é possível construir uma proposta de prevenção mais completa, que contemple tanto a dimensão externa (relações sociais e ambientais) quanto a interna (formação da personalidade e da ética).

Nogueira (2010) procurou observar como o currículo pode construir atitudes e crenças apropriadas sobre o uso e abuso de drogas e o não respeito à diversidade, que se apresenta como uma das formas da violência nas escolas e, ainda, de que maneira a Polícia Militar pode colaborar nesse processo. O trabalho fundamentou-se em Dussel, Giroux, Vygotsky e Paulo Freire.

Essa articulação entre educação, segurança e Ontopsicologia se mostra coerente com os princípios da Agenda 2030 da ONU, especialmente com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16, que busca promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantindo acesso à justiça e instituições eficazes. No âmbito escolar, esse objetivo se traduz na criação de ambientes seguros, acolhedores e capazes de promover o desenvolvimento integral dos estudantes. O PROERD, aliado à Pedagogia Ontopsicológica, constitui, portanto, um modelo de prevenção integrada, fundamentado tanto em valores éticos quanto em práticas pedagógicas e sociais concretas.

Assim, pode-se concluir que, para que haja uma relação efetiva entre a mediação de conflitos escolares e as práticas policiais, é indispensável garantir a integração entre a polícia e a comunidade escolar. Essa articulação é o elemento que sustenta a cooperação mútua e possibilita que as ações de segurança ocorram de maneira preventiva, educativa e humanizada, uma vez que:

O Serviço de Segurança Pública é, essencialmente, exercido pela figura do Estado, desenvolvidos na prática por atividades gerenciadas por instituições policiais, sistema

judiciário e pelo sistema penitenciário. Consoante a isso nota-se a presença de deficiências pontuais no enfrentamento da criminalidade, deixando evidente a necessidade de se complementar as atuações unicamente repressivas. [...] No entanto, é importante apontar a necessidade de a polícia interagir com a comunidade, para que seja possível gerir e integrar as operações de forma eficaz e garantir melhores padrões de segurança pública. [...] (Pereira; Sales; De Oliveira, 2022, p. 4-5).

Em síntese, a atuação policial no enfrentamento da violência escolar deve integrar uma estratégia ampla e articulada, pautada na prevenção, na cooperação com as instituições de ensino e demais órgãos públicos, e no preparo contínuo dos profissionais envolvidos. Essa atuação precisa considerar as necessidades específicas dos estudantes e o contexto social em que estão inseridos, adotando uma postura educativa e humanizada. O objetivo central deve ser a promoção de um ambiente escolar seguro, saudável e propício ao aprendizado e ao desenvolvimento integral dos alunos.

Dessa forma, compreender o papel do PROERD na 4ª Colônia de Imigração Italiana é essencial para analisar como a presença da Segurança Pública nas escolas pode contribuir não apenas para a redução da violência, mas também para o fortalecimento do protagonismo juvenil, da cultura de paz e da formação de cidadãos conscientes e responsáveis. Essa interface entre política pública e pedagogia é o ponto central da presente pesquisa e constitui o alicerce para a elaboração do artefato final proposto pelo método Design Science Research.

2.3 Panorama das pesquisas sobre o PROERD na educação básica

A revisão bibliográfica constitui uma fase fundamental do processo de pesquisa científica, pois possibilita ao pesquisador conhecer o que já foi produzido por outros estudiosos no mesmo campo investigativo. Por meio desse levantamento, evita-se a reprodução de estudos já realizados e amplia-se o horizonte analítico, permitindo tensionar o objeto de pesquisa, propor novas abordagens metodológicas e dialogar criticamente com teorias existentes.

Nesse levantamento, foram localizadas dissertações disponíveis no banco de dados da CAPES e uma no Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID), totalizando 11 trabalhos identificados a partir do descritor PROERD. São eles: Bruneta (2003), Lopes (2003), Linhares (2006), Perovano (2006), Rateke (2006), Ribeiro (2007), Da Silva (2008), Macedo (2008), Souza Filho (2008), Lins (2009) e Nogueira (2010).

Em uma análise inicial desse conjunto de produções, constatou-se que apenas cinco estudos abordam, de maneira direta ou indireta, a relação entre o PROERD e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas: Souza Filho (2008), Lins (2009), Lopes (2003), Nogueira (2010) e Rateke (2006).

Souza Filho (2008) investigou a percepção da comunidade escolar acerca do PROERD, adotando uma abordagem qualitativa. Os participantes da pesquisa incluíram membros da comunidade escolar, policiais militares responsáveis pela aplicação do programa, policiais que atuavam na ronda escolar da 26ª Companhia Independente de Polícia Militar (26ª CIPM) e policiais envolvidos na administração central do programa. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, grupos focais e análise documental relacionada ao PROERD.

Os resultados indicam que, sob a ótica da comunidade escolar, o programa possui relevância significativa no que diz respeito à prevenção do uso de drogas e à violência no ambiente escolar. Todavia, o autor ressalta a necessidade de maior flexibilidade na aplicação do PROERD, de modo que o programa seja ajustado às especificidades de cada contexto local. A pesquisa também revelou contradições entre os depoimentos: enquanto professores e funcionários afirmaram não haver violência na escola pesquisada, alunos e policiais da ronda escolar relataram a existência de situações violentas. Além disso, o estudo aponta a importância da implementação do PROERD nas cinco últimas séries do ensino fundamental e no ensino médio.

Embora a pesquisa estabeleça uma relação entre o PROERD e o contexto escolar e sinalize a necessidade de adequações do programa às realidades locais, não aprofunda a análise sobre como essa relação se concretiza no âmbito do Projeto Político-Pedagógico, concentrando-se predominantemente nos aspectos preventivos e de violência, em detrimento das dimensões pedagógicas e administrativas.

Lins (2009) analisou o PROERD no estado de Pernambuco, partindo do pressuposto de que a eficácia das políticas de prevenção ao crime está associada à construção de vínculos sólidos e positivos entre a polícia e a sociedade. Para tanto, utilizou depoimentos, documentos oficiais e questionários como instrumentos de coleta de dados.

Os achados demonstraram ampla aceitação do programa por instituições públicas e privadas, especialistas da área educacional, bem como por crianças, adolescentes, jovens e adultos participantes. Observou-se ainda que, mesmo após anos da participação no programa, os alunos mantinham vivas as lições aprendidas, atuando como multiplicadores das informações recebidas. O estudo também destaca a vulnerabilidade da juventude em relação às drogas, evidenciando a carência de orientações tanto para crianças quanto para os seus responsáveis acerca das consequências do uso de substâncias psicoativas.

Embora a pesquisa esteja ancorada em uma perspectiva de polícia comunitária e evidencie a aceitação social do PROERD, não explicita de que forma ocorre a adesão da

comunidade escolar ao programa, nem se há articulação com o Projeto Político-Pedagógico, tampouco menciona essa possibilidade de integração.

Lopes (2003) teve como objetivo identificar as representações sociais sobre a prevenção do abuso de drogas, bem como a produção dessas representações por professoras cujas salas de aula sediavam as atividades do PROERD. O referencial teórico baseou-se na teoria das representações sociais de Moscovici, articulada à perspectiva histórico-social de Vygotsky, buscando compreender o movimento entre o concebido e o vivido e as suas implicações nas práticas cotidianas. A análise dos dados seguiu a metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin.

A pesquisa, de natureza qualitativa, envolveu observações diretas em sala de aula durante a aplicação do PROERD, análise documental das apostilas do programa e do PPP da escola investigada, além de entrevistas semiestruturadas com cinco professoras. As entrevistas abordaram aspectos pessoais, formação profissional, experiências docentes e percepções acerca do PROERD, das drogas e da prevenção no contexto escolar.

Os resultados revelaram que a prevenção ao abuso de drogas não se configura como prioridade nas práticas pedagógicas dessas professoras, que se encontram majoritariamente voltadas ao cumprimento do currículo formal e não se sentem preparadas para trabalhar a temática das drogas. As representações associadas às drogas e à prevenção são predominantemente negativas, desconsiderando a relação entre sujeito, substância e contexto social. Embora possuam informações sobre o uso e o abuso de drogas, tais docentes mantêm uma visão reducionista sobre o fenômeno.

Essas representações orientam ações voltadas ao combate às drogas, realizadas ou não pelas professoras, sem estímulo à superação dessa abordagem. Tal postura encontra respaldo no próprio discurso e na prática do PROERD. A ausência de espaços de diálogo sobre a temática no ambiente escolar dificulta a construção de abordagens pedagógicas mais críticas e integradas.

Ainda que em contexto distinto, essa pesquisa se aproxima da problemática aqui investigada, ao mencionar e analisar o PPP e evidenciar a inexistência de espaços de interlocução sobre o tema das drogas na escola, caracterizando uma omissão pedagógica. Contudo, não problematiza diretamente a relação entre o PPP e o PROERD, nem analisa como as professoras articulam esses elementos, tampouco contempla outros atores da gestão escolar.

Nogueira (2010) buscou compreender de que maneira o currículo escolar pode contribuir para a construção de atitudes e crenças relacionadas ao uso e abuso de drogas, bem como ao respeito à diversidade, entendida como uma dimensão da violência escolar, e de que

forma a Polícia Militar pode colaborar nesse processo. O estudo fundamentou-se em autores como Dussel, Giroux, Vygotsky e Paulo Freire.

A pesquisa evidenciou que, ao tratar de direitos humanos e da dignidade da pessoa humana na atuação do policial militar, emergem traços de autoritarismo na formação dos instrutores do PROERD. Destaca-se também a concepção da polícia como agente colaborador na resolução de conflitos. A autora defende a necessidade de formação continuada para os instrutores, desenvolvida de forma integrada com profissionais e segmentos das áreas da educação, saúde e segurança pública.

Embora Nogueira (2010) problematize o currículo e o papel da Polícia Militar na construção de crenças e atitudes, o seu enfoque recai sobre o currículo, e não sobre o Projeto Político-Pedagógico, entendido como instância mais ampla. Ainda que a contribuição da polícia no enfrentamento da drogadição e da violência não constitua objeto central desta pesquisa, a crítica ao autoritarismo presente na formação policial dialoga diretamente com os pressupostos aqui adotados.

Por fim, Rateke (2006) teve como objetivo compreender os fundamentos que atribuem à Polícia Militar a responsabilidade de implantar programas de combate às drogas e à violência nas escolas públicas, bem como analisar os significados construídos pela comunidade escolar acerca do cotidiano do PROERD. O trabalho adotou a metodologia de estudo de caso, com recorte etnográfico e abordagem qualitativa.

Os resultados apontaram, entre outros aspectos, a presença de um caráter disciplinador, racional e pastoral na proposta do programa, sustentado por uma concepção salvacionista que busca afastar crianças e adolescentes do que é entendido como “mundo do mal”.

Esse estudo se aproxima da presente pesquisa tanto pelo tema quanto pela preocupação em compreender a percepção da comunidade escolar sobre o PROERD. No entanto, diferencia-se por tratar a questão de forma mais ampla, enquanto esta investigação se propõe a analisar especificamente as relações político-pedagógicas estabelecidas entre o Projeto Político-Pedagógico da escola e o PROERD.

2.4 A Pedagogia Ontopsicológica para a formação das autonomias

A Pedagogia Ontopsicológica surge como um modelo de educação integral que busca compreender e desenvolver o ser humano em sua totalidade, superando as limitações dos paradigmas pedagógicos tradicionais. Fundamentada na ciência ontopsicológica, criada por Antonio Meneghetti, essa pedagogia propõe uma formação que harmonize as dimensões racional, afetiva e operativa do indivíduo, possibilitando o desenvolvimento pleno da

personalidade e o reconhecimento de sua identidade autêntica, o chamado Eu ôntico (Meneghetti, 2013). Segundo Meneghetti (2012), o processo educativo deve conduzir o sujeito ao autoconhecimento e à consciência do próprio projeto existencial. A pedagogia ontopsicológica parte da premissa de que cada pessoa possui em si um princípio de inteligência vital, denominado Em Si ôntico, que orienta as suas escolhas de forma coerente com a sua natureza e finalidade. O papel da educação, nesse contexto, é ajudar o indivíduo a reconectar-se com esse princípio, libertando-se de condicionamentos externos, modismos e influências sociais que distorcem a sua verdadeira essência.

Essa abordagem educacional se distingue por enfatizar a centralidade da pessoa e o resgate da sua responsabilidade individual e social. O processo de ensino-aprendizagem deve, portanto, favorecer a experiência ativa e responsável do aluno, possibilitando-lhe compreender o sentido de suas ações e escolhas. Assim, a Pedagogia Ontopsicológica não se limita à transmissão de conteúdos, mas busca formar sujeitos capazes de pensar criticamente, agir com responsabilidade e interagir eticamente no mundo.

De acordo com Meneghetti (2017), a autonomia representa a capacidade do ser humano de conduzir-se por si mesmo, orientando as suas ações com discernimento e responsabilidade. Essa aptidão não se manifesta de maneira única, mas desdobra-se em quatro dimensões fundamentais do desenvolvimento humano: a autonomia psicológica, a autonomia legal, a autonomia econômica e a autonomia social. Juntas, elas configuram a base da maturidade integral e da realização pessoal, expressando a possibilidade de o indivíduo agir conforme a sua própria consciência e identidade (Meneghetti, 2017, p. 11-19).

A autonomia psicológica refere-se ao domínio interno do indivíduo - à capacidade de compreender a si mesmo, gerir emoções, reconhecer desejos e impulsos, e manter-se fiel à própria identidade mesmo diante de pressões externas. Essa dimensão envolve o autoconhecimento e o controle emocional, permitindo ao sujeito reagir de maneira equilibrada aos condicionamentos psíquicos e às influências sociais, sem perder o senso de autenticidade e propósito. É ela que garante ao indivíduo a liberdade de decidir internamente, com base em seus próprios critérios e valores. Meneghetti identifica que devemos saber gerir situações com as pessoas, substancialmente, pela rede afetiva, de forma elegante e inteligente. Devemos estar atentos e saber lidar com as dificuldades apresentadas pela vida desde jovens, para que possamos aprender a ter “jogo de cintura” com cada situação apresentada. Sabendo como gerir essas dificuldades certamente teremos ganho de maturidade que depois nos consente vantagem social. Em suma, de acordo com Meneghetti (2017), é necessário atualizar constantemente a si mesmo, porque mudamos sempre, não somos nunca os mesmos.

Conforme Meneghetti (2017, p. 25), a autonomia legal refere-se ao direito e à liberdade civil de realizar determinadas escolhas ao longo da vida. As decisões, atitudes e ações adotadas na juventude influenciam diretamente o futuro adulto. Assim, quando um jovem opta por não se dedicar aos estudos, não buscar formação acadêmica e negligenciar o próprio aprendizado, tende a enfrentar dificuldades posteriormente, como limitações profissionais, falta de perspectivas e uma vida sem desenvolvimento pessoal. Em situações mais extremas, tais escolhas podem ainda resultar em sanções legais decorrentes de condutas inadequadas.

A autonomia econômica expressa a capacidade de o indivíduo sustentar-se e gerir a sua própria vida material de modo responsável. Está ligada à autossuficiência, ao trabalho e à geração de recursos que possibilitam uma existência digna e livre. Contudo, Meneghetti (2017, p. 27) ressalta que essa dimensão não se reduz a uma visão utilitarista: trata-se de uma forma de liberdade concreta, na qual o sujeito é capaz de realizar as suas potencialidades sem depender passivamente de terceiros, assumindo-se como protagonista de sua própria história. Meneghetti (2017, p. 29) explica que o auge dos negócios está fundamentado na liberdade da inteligência, condição em que a vida se torna plena. Dessa forma, é necessário que, em aspectos como estudo, trabalho, amizades e relacionamentos, o indivíduo mantenha o controle sobre a sua própria economia e observe se ela cresce ao longo do tempo. Em essência, deve avaliar se detém a chave de seu poder econômico ou se essa chave é compartilhada com outra pessoa.

Segundo Meneghetti (2017, p. 31), a autonomia social está relacionada à capacidade de manter coerência com os princípios e valores que contribuíram para o próprio crescimento pessoal e profissional. À medida que o indivíduo conquista reconhecimento e estabilidade, torna-se essencial agir com responsabilidade ética em suas relações e decisões. Ainda, Meneghetti (2017, p. 33) destaca que, à medida que se alcança sucesso e projeção social, é preciso redobrar a atenção quanto a compromissos e obrigações, pois aquilo que antes passava despercebido - em termos legais, fiscais ou sociais - passa a ter maior relevância e cobrança.

No ambiente escolar, os educadores têm papel central na formação dessas autonomias, tornando-se referências essenciais para os alunos em seu processo de crescimento e amadurecimento. Giordani e Mendes (2007, p. 15) apontam que o professor assume uma função formadora não apenas cognitiva, mas também ética e social, orientando a criança na construção de sua própria identidade autônoma. Essa mediação é indispensável para que o estudante aprenda a pensar e agir de modo independente, consciente e responsável.

Nessa mesma linha, Meneghetti (2019, p. 22) observa que, ao conquistar a confiança de uma criança, o educador precisa compreender que ela está inserida em uma sociedade complexa, repleta de desafios e influências. Por isso, o papel do educador deve ir além da

transmissão de conhecimento: é necessário acolher com amor, orientar com sabedoria e promover o desenvolvimento integral, ajudando o aluno a se tornar autônomo psicologicamente, economicamente e socialmente. Assim, a verdadeira educação deve formar indivíduos capazes de atuar de forma equilibrada, ética e funcional no meio em que vivem.

À luz dessa concepção, foi desenvolvida a Escala de Desenvolvimento das Autonomias, apresentada na Figura 1, com a finalidade de ilustrar o percurso educativo proposto nesta pesquisa. A escala evidencia a progressão das autonomias psicológica, legal, econômica e social demonstrando como essas dimensões podem ser trabalhadas de forma integrada no contexto do PROERD, contribuindo para a formação de estudantes mais assertivos, responsáveis e protagonistas de suas próprias escolhas.

Figura 1: Escala de Desenvolvimento das Autonomias



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Essas quatro autonomias se complementam e constituem o núcleo da formação ontopsicológica, oferecendo um caminho eficaz para a prevenção da violência e o fortalecimento da convivência ética nas escolas. Quando o aluno desenvolve autoconhecimento, senso de propósito e responsabilidade, ele tende a evitar condutas destrutivas e a agir de maneira cooperativa no ambiente escolar.

A Pedagogia Ontopsicológica, ao priorizar a educação do ser humano em detrimento da mera instrução, propõe um modelo educativo que previne conflitos desde a sua origem psíquica. A perspectiva da Ontopsicologia é que: “o homem protagonista responsável, baseado em uma virtualidade capaz de atuação pessoal no ser” (Meneghetti, 2010, p. 26). Portanto, promover

uma educação que desperte o contato com o seu interior significa fortalecer a saúde psíquica e ética do jovem, favorecendo a criação de ambientes mais equilibrados e saudáveis.

No contexto da segurança pública e da prevenção da violência escolar, a Pedagogia Ontopsicológica oferece bases teóricas valiosas. Ao lado de programas como o PROERD, que atuam no campo comportamental e social, a pedagogia ontopsicológica opera na dimensão interna da personalidade, ajudando o estudante a desenvolver competências emocionais e cognitivas que o tornam menos suscetível a comportamentos violentos. Essa integração entre as duas áreas - a segurança e a pedagogia - possibilita uma atuação preventiva completa, abordando tanto as causas externas quanto as internas da violência.

Aplicar os fundamentos da Ontopsicologia nas escolas da 4ª Colônia de Imigração Italiana significa propor uma educação que respeite as características culturais da região e valorize os seus princípios comunitários. A ênfase ontopsicológica na formação de indivíduos autônomos, conscientes e responsáveis coaduna-se com os valores de solidariedade, ética e trabalho que historicamente marcam o território. Dessa forma, a integração entre a Pedagogia Ontopsicológica e a Segurança Pública representa não apenas uma inovação metodológica, mas também uma resposta contextualizada às necessidades educativas e sociais da região.

Assim, a Pedagogia Ontopsicológica oferece um referencial teórico e prático capaz de orientar políticas e ações voltadas à promoção da cultura de paz, ao desenvolvimento humano integral e à prevenção da violência. A sua aplicação no ambiente escolar, em diálogo com as práticas de segurança pública, permite construir um modelo educativo que une autoconhecimento, ética e cidadania, pilares essenciais para a formação de uma sociedade mais justa e harmoniosa.

3 Método e as soluções já existentes

3.1 O artefato e a sua aplicação no contexto desta pesquisa

A presente pesquisa adota a Design Science Research (DSR) como método estruturante, por se tratar de um tema cuja complexidade exige não apenas a descrição de fenômenos, mas a construção de soluções aplicáveis ao contexto educacional e comunitário. Diferentemente de abordagens puramente explicativas, a DSR orienta-se para a elaboração de um artefato capaz de responder ao problema identificado, integrando a produção científica à intervenção prática. Conforme Dresch (2015), esse método busca desenvolver conhecimentos científicos por meio da criação e avaliação de propostas inovadoras, conferindo especial relevância à aplicabilidade e à melhoria de processos reais.

No contexto deste estudo, a escolha pelo método justifica-se pela necessidade de estruturar um modelo preventivo para a violência escolar que articule a Pedagogia Ontopsicológica e a Segurança Pública, respeitando as especificidades socioculturais dos municípios da 4ª Colônia de Imigração Italiana.

No contexto da Design Science Research (DSR), o artefato constitui o produto resultante do processo investigativo. Ele é concebido como uma solução concreta desenvolvida para responder diretamente ao problema de pesquisa identificado. Trata-se de um elemento central da metodologia, uma vez que a DSR se orienta pela criação, implementação e avaliação de soluções inovadoras voltadas a demandas reais.

O artefato pode assumir diversas formas, dependendo da natureza do problema estudado e das necessidades do público-alvo. Entre as possibilidades, incluem-se modelos conceituais, instrumentos, produtos educacionais, aplicativos, jogos, cartilhas, trilhas de formação, entre outros formatos. Essa flexibilidade permite que o artefato seja adaptado ao contexto da investigação, garantindo pertinência e aplicabilidade prática.

A utilização de um artefato nesta pesquisa justifica-se pela proposta da DSR de articular teoria e prática. A partir da revisão da literatura, da análise do problema e da identificação de soluções prévias, desenvolve-se uma proposta inovadora que busca atender de forma eficaz à demanda investigada. Assim, o artefato representa não apenas um produto final, mas também um meio de validar empiricamente a solução concebida, por meio de sua testagem e avaliação junto ao público de interesse.

É importante destacar que as etapas iniciais de definição do problema podem ser enriquecidas por entrevistas da área estudada, de modo a obter uma compreensão mais precisa do contexto da pesquisa e orientar adequadamente o desenvolvimento e a conclusão do estudo (Dresch, et al., 2015).

Dessa forma, o artefato utilizado nesta pesquisa materializa a solução proposta, permitindo verificar a sua efetividade e contribuindo para o avanço do conhecimento aplicado sobre o tema estudado.

3.2 Análise de possíveis soluções já existentes no enfrentamento da violência escolar

Diversas iniciativas vêm sendo desenvolvidas no Brasil e em outros países com o propósito de prevenir e reduzir a violência escolar. Esses artefatos e soluções apresentam abordagens distintas — pedagógicas, psicológicas, comunitárias e de segurança pública — que buscam mitigar comportamentos agressivos, promover a cultura da paz e fortalecer o ambiente educacional. No entanto, observa-se que, em sua maioria, essas iniciativas concentram-se em

tratar o problema da violência já manifestado, sem abordar de forma profunda as causas que originam tais comportamentos.

Um dos exemplos mais conhecidos é o Programa Escola Segura, criado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, que visa integrar forças de segurança, gestores escolares e comunidade local na prevenção de crimes e situações de risco dentro e no entorno das escolas. O programa prioriza a presença ostensiva e o mapeamento de vulnerabilidades, além de promover a formação de gestores e professores em temas relacionados à segurança escolar.

Apesar de sua relevância, tal iniciativa concentra-se fortemente em ações reativas e de vigilância, apresentando menor ênfase na formação ética e emocional dos alunos. Assim, atua principalmente sobre as consequências da violência, sem intervir nas causas que a geram.

Outra possível solução que vem sendo utilizada é o Programa de Mediação de Conflitos nas Escolas, implementado em diferentes estados brasileiros. Esse programa tem como foco o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e de comunicação não violenta entre estudantes, professores e famílias, utilizando metodologias de mediação e justiça restaurativa.

Ainda que se trate de uma proposta pedagógica consistente, sua aplicação depende fortemente do engajamento da equipe escolar e do suporte institucional, o que limita a padronização e a continuidade das ações. Ademais, embora busque reduzir os conflitos, o programa ainda se volta à resolução dos efeitos da violência e não às suas causas estruturais e formativas.

De modo complementar, algumas iniciativas tecnológicas, como aplicativos de denúncia anônima e plataformas de monitoramento escolar, também têm sido empregadas como ferramentas auxiliares na prevenção da violência.

Embora ampliem os canais de comunicação e a rapidez das respostas institucionais, tais soluções possuem caráter instrumental e não abordam as causas profundas dos comportamentos violentos. Assim, atuam na contenção dos efeitos imediatos da violência, sem incidir sobre o desenvolvimento ético, emocional e ontológico dos indivíduos envolvidos.

Da Silva (2012) investigou como o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) influencia o Projeto Político-Pedagógico (PPP) em uma escola da rede estadual de Guaíba/RS. Para isso, realizou um estudo de caso de abordagem qualitativa e caráter descritivo, utilizando entrevistas semiestruturadas, análise de documentos e observação como técnicas de coleta de dados. A pesquisa contou com a participação da gestora e da professora responsáveis pelo PROERD naquele período. Os seus resultados apontam para a prevalência do discurso “salvacionista” e da “legitimação” de a violência e a indisciplina serem “casos de

polícia”, sendo a “salvação”, a “interação” e a “descontinuidade” os principais significados conferidos pelos entrevistados ao PROERD.

Conforme o autor, as suas entrevistas e resultados apontaram que:

A motivação para a implantação do PROERD levou em consideração o “problema” da violência e da indisciplina tanto em ambiente escolar quanto em âmbito extraescolar, pois, segundo os dados produzidos, a indisciplina e a violência foram constatadas pela escola o que a levou a realizar ações para o “enfrentamento” do “problema”, inclusive à solicitação do PROERD. Esse “problema”, conseqüentemente nos revelou um discurso, o qual chamei de “salvacionista”, comum tanto no Projeto Político Pedagógico e nas falas dos entrevistados quanto nas diretrizes do PROERD, pautado pela concepção de que a escola deve “salvar” os alunos das “maldades” a que são expostos no meio em que vivem.

Os significados conferidos pelos entrevistados ao PROERD estão de acordo com o mesmo campo semântico, pois a “salvação” continua como discurso entre os entrevistados no que tange aos significados do PROERD, já que para esses atores sociais os alunos, a escola e até a comunidade fora “salva” devido à atuação da polícia militar seja através do policiamento nas ruas, seja pelo PROERD na escola, o que, segundo os entrevistados, solucionou o “problema” constatado (indisciplina e violência).

3.3 Desenvolvimento do Artefato

Para o desenvolvimento do artefato, utilizou-se como base a Cartilha do PROERD “*Caindo na Real*”, referente ao currículo do 5º ano, buscando uma aproximação com os preceitos já aplicados aos alunos participantes do programa. Nesse contexto, a organização do trabalho foi orientada por uma percepção intuitiva que possibilitou estruturar e direcionar o estudo, ampliando a compreensão de que seria viável aperfeiçoar o currículo do PROERD. O percurso da pesquisa, desde as etapas iniciais até a elaboração do artefato, evidenciou, por meio dos primeiros experimentos, a consistência da proposta, à medida que esta foi ganhando forma com o aporte da Pedagogia Ontopsicológica. Assim, a partir do eixo das autonomias, as atividades foram sendo estruturadas de maneira gradual e sistemática, resultando na construção de um modelo pedagógico coeso, aplicável e exequível.

A proposta metodológica partiu do pressuposto da formação das autonomias, (conforme apresentado por Antonio Meneghetti no Cap. 1 do Livro “Jovens e a realidade cotidiana” e adaptado à realidade escolar), entendidas como a capacidade de aprender a fazer boas escolhas no cotidiano, considerando que diariamente os indivíduos realizam escolhas relacionadas ao falar, agir e conviver em sociedade, as quais podem gerar consequências funcionais ou disfuncionais.

Nesse contexto, ser autônomo não significa agir por impulso ou fazer apenas o que se deseja, mas compreender o que é melhor para si e para os outros, desenvolvendo

responsabilidade e coerência sobre as próprias ações. O artefato foi estruturado a partir de quatro tipos de autonomia: psicológica, legal, econômica e social.

A autonomia psicológica refere-se à confiança em si mesmo e à capacidade de compreender e gerenciar as próprias emoções. Considera-se que sentimentos como raiva, tristeza ou frustração podem levar a atitudes impulsivas, sendo fundamental aprender a parar, refletir e escolher com calma, demonstrando força interior e autoconfiança. Tal habilidade contribui para a prevenção de conflitos, violência e decisões inadequadas.

A autonomia legal está relacionada ao respeito às regras, compreendidas como instrumentos de organização da convivência social e de proteção coletiva. No ambiente escolar, familiar e comunitário, o cumprimento das normas favorece a segurança, o respeito mútuo e uma convivência justa, não sendo entendido como punição, mas como garantia de liberdade e cuidado.

A autonomia econômica envolve o desenvolvimento da responsabilidade para o futuro, iniciando-se por atitudes simples, como o cuidado com os materiais escolares, o respeito ao que pertence aos outros e a valorização do esforço. Esse aprendizado contribui para a compreensão do valor das coisas e para a construção de hábitos responsáveis ao longo da vida.

Por fim, a autonomia social, aplicada ao contexto escolar, diz respeito à capacidade de conviver com os outros, respeitando diferenças, ouvindo opiniões diversas e posicionando-se de forma assertiva, sem causar prejuízo ou sofrimento ao próximo, favorecendo a harmonia no grupo.

Após a apresentação dos conceitos relacionados às autônias, identificou-se a necessidade de criar uma atividade prática que possibilitasse aos alunos exercitar a tomada de decisão e aplicá-la em situações reais do cotidiano escolar. Com base nas orientações técnicas da orientadora, foi elaborado um questionário estruturado a partir de situações comuns vivenciadas pelos alunos, visando ao desenvolvimento de habilidades reflexivas e decisórias.

Para compreender melhor a dinâmica escolar e os fatores que podem gerar desconforto ou conflitos entre os estudantes, realizou-se uma entrevista com uma aluna de 11 anos de idade, a qual contribuiu para identificar situações recorrentes no ambiente escolar, como empurrões nas filas, descarte inadequado de lixo, atitudes de desrespeito entre colegas, descuido com materiais e descumprimento de regras.

A partir desses relatos, o questionário foi organizado conforme cada tipo de autonomia, apresentando situações-problema com relações de causa e efeito, possibilitando ao aluno analisar os contextos, refletir sobre as consequências e produzir respostas claras, coerentes e adequadas à sua faixa etária. Assim, na continuidade da pesquisa foi possível aplicar o

questionário de forma didática com as respectivas perguntas, as quais foram inteiramente respondidas pela aluna com muita compreensão sobre as autonomias.

O questionário destinado aos alunos tem como finalidade reforçar os conhecimentos trabalhados em sala de aula pelo instrutor do PROERD, abordando temas como autoconfiança, respeito às regras, valorização dos bens, convivência respeitosa e escolhas que beneficiam o coletivo. A atividade “Teatro das Autonomias” propõe que os alunos, organizados em grupos, criem personagens e encenações que representem as diferentes dimensões da autonomia, favorecendo a internalização dos conteúdos de forma participativa e significativa. Por sua vez, a atividade reflexiva “Eu e as minhas escolhas” busca consolidar o processo de aprendizagem, convidando o aluno a relacionar os conteúdos trabalhados com sua própria experiência cotidiana, promovendo o desenvolvimento da consciência crítica sobre suas atitudes e decisões.

A proposta visa inserir a inovação da Pedagogia Ontopsicológica no contexto curricular do PROERD, de modo a contribuir também para a capacitação de professores do 5º ano do Ensino Fundamental e instrutores do programa, ampliando a compreensão acerca das autonomias. A partir dessa capacitação, propõe-se a utilização de instrumentos pedagógicos elaborados especificamente para essa finalidade, os quais estruturam uma abordagem formativa orientada ao desenvolvimento integral dos alunos.

O guia do professor/instrutor foi concebido com o objetivo de demonstrar que o desenvolvimento das autonomias constitui uma estratégia eficaz de prevenção, indo além da simples evitação de comportamentos de risco e promovendo a formação de sujeitos capazes de agir com inteligência, responsabilidade e liberdade. Nesse sentido, busca-se fomentar as autonomias psicológica, legal, econômica e social como fundamentos para uma convivência ética e responsável, partindo do princípio de que, quando o aluno aprende a lidar consigo mesmo, a violência tende a perder espaço.

Como instrumentos de apoio, o Fichário 1 orienta professores e instrutores na compreensão do conceito de autonomia à luz da Pedagogia Ontopsicológica, apresentando-o como eixo estruturante da formação humana e base para a inserção positiva do indivíduo no contexto social. O Fichário 2 aprofunda o entendimento das autonomias psicológica e legal, destacando-as como fundamentos internos essenciais para escolhas responsáveis, contribuindo para a prevenção da violência e a redução de comportamentos de risco, além de desenvolver a consciência sobre o impacto das decisões emocionais e legais. O Fichário 3, por sua vez, aborda as autonomias econômica e social como elementos fundamentais para a liberdade, a dignidade e a convivência em sociedade. Dessa forma, compreende-se que prevenir não se resume a

vigiar, punir ou amedrontar, mas sim formar sujeitos capazes de fazer boas escolhas, assumir responsabilidades e se desenvolver de maneira consciente no meio social.

O artefato “Cartaz 11” é indicado para utilização também nos 3º e 4º anos, por facilitar a exposição dos conteúdos e promover o diálogo de forma lúdica e acessível. Por meio desse recurso, trabalha-se o conceito de autonomia como a capacidade de pensar, escolher e agir com responsabilidade, incentivando o aluno a conduzir sua própria vida, respeitar os outros e refletir sobre as consequências de suas ações. Assim, o desenvolvimento da autonomia contribui diretamente para a prevenção de situações de risco, a redução da violência e a melhoria da convivência nos diferentes contextos sociais.

Em decorrência do desenvolvimento do artefato, foi elaborada uma proposta de ampliação do currículo do PROERD, materializada pela criação da Lição 11, fundamentada nos princípios da Pedagogia Ontopsicológica e orientada ao desenvolvimento das autonomias psicológica, legal, econômica e social. Para viabilizar a aplicação da proposta e assegurar a padronização das atividades, foram desenvolvidos materiais auxiliares complementares, compostos por um Guia do Professor/Instrutor, fichários de apoio às dinâmicas, um cartaz ilustrativo da Lição 11, um questionário destinado à reflexão e avaliação dos estudantes e um quiz digital voltado ao reforço dos conteúdos trabalhados. Em conjunto, esses materiais constituem um *artefato educacional integrado*, concebido para apoiar o instrutor na condução das atividades e potencializar o processo de ensino-aprendizagem, favorecendo a aplicabilidade da proposta no contexto do PROERD.

3.4 Desenvolvimento do quiz digital “O Desafio das Autonomias”

Além das atividades pedagógicas propostas no artefato, buscou-se incorporar o uso de recursos tecnológicos como forma de tornar o processo educativo mais interativo e alinhado às práticas contemporâneas de ensino. Nesse sentido, considerando as disciplinas cursadas na especialização em Pedagogia Ontopsicológica, especialmente a disciplina “Inovação, Tecnologia e Educação”, ministrada pelo Prof. Dr. Felipe Becker Nunes, procurou-se desenvolver uma solução educacional inovadora que integrasse tecnologia e aprendizagem.

Assim, foi criado um protótipo digital no formato de quiz, destinado aos alunos do 5º ano participantes do PROERD. O objetivo do recurso foi avaliar, de forma lúdica e interativa, os conhecimentos adquiridos pelos estudantes sobre as diferentes dimensões da autonomia trabalhadas no projeto, ao mesmo tempo em que promove maior engajamento e participação no processo educativo.

O quiz foi estruturado no formato de perguntas e respostas de múltipla escolha, funcionando como um desafio educativo que permite verificar o nível de compreensão dos alunos sobre os conteúdos abordados. Esse tipo de recurso possibilita também identificar aspectos que necessitam de reforço pedagógico, contribuindo para tornar o processo avaliativo mais dinâmico, participativo e atrativo para os estudantes.

Do ponto de vista metodológico, a utilização do quiz digital representa uma estratégia de avaliação formativa, pois permite ao aluno refletir sobre as suas respostas e consolidar o aprendizado de maneira mais ativa. Ao mesmo tempo, o recurso tecnológico favorece a aproximação entre o processo educacional e o universo digital com o qual os estudantes já estão familiarizados.

Após a sua criação, o protótipo do quiz foi disponibilizado na plataforma GitHub, que consiste em um ambiente de hospedagem de arquivos e códigos em nuvem baseado no sistema Git. Essa plataforma permite o armazenamento, o compartilhamento e o gerenciamento de projetos digitais, além de possibilitar futuras atualizações e melhorias no recurso desenvolvido.

Dessa forma, o quiz digital configura-se como um complemento ao artefato pedagógico proposto neste trabalho, ampliando as possibilidades de interação, avaliação e aprendizagem no contexto das atividades desenvolvidas com os alunos participantes do PROERD.

3.5 Aplicação do instrumento e grau de dificuldade da participante

O instrumento elaborado nesta pesquisa foi aplicado a uma aluna participante que anteriormente havia contribuído com relatos de situações cotidianas vivenciadas no ambiente escolar, especialmente relacionadas a pequenos conflitos entre colegas. Esses relatos serviram como base para a construção das atividades que compõem o artefato, voltadas ao desenvolvimento das diferentes dimensões da autonomia: psicológica, legal, econômica e social.

A partir dessas situações reais do cotidiano escolar, foram estruturadas atividades reflexivas com perguntas orientadoras, permitindo que a participante analisasse as suas próprias percepções e escolhas diante de determinadas circunstâncias. As atividades propunham momentos de leitura, reflexão e resposta escrita, estimulando a capacidade de observação, análise das consequências das ações e tomada de decisões mais assertivas.

O instrumento foi apresentado e aplicado de forma individual, sendo previamente explicado o objetivo das atividades e a forma de preenchimento. A participante realizou as respostas de maneira autônoma, com acompanhamento do pesquisador apenas para esclarecimento de eventuais dúvidas quanto à interpretação das questões.

Durante a aplicação, observou-se que o grau de dificuldade foi baixo, uma vez que as atividades foram organizadas com linguagem simples, situações próximas da realidade escolar e perguntas que estimulavam a reflexão sobre experiências vivenciadas. A participante demonstrou compreensão das propostas e conseguiu responder às questões de forma coerente com o contexto apresentado.

O fato de as situações utilizadas no instrumento estarem relacionadas a experiências previamente relatadas pela própria aluna contribuiu para facilitar o processo de identificação com as atividades, favorecendo uma participação mais ativa e reflexiva. Dessa forma, o instrumento possibilitou não apenas a coleta de informações para a pesquisa, mas também um momento de reflexão da participante sobre as suas escolhas, atitudes e formas de convivência no ambiente escolar.

Assim, a aplicação ocorreu de forma satisfatória, permitindo avaliar a compreensão e a pertinência do artefato desenvolvido, bem como, o seu potencial contribuição para o estímulo à autonomia e à reflexão sobre os comportamentos no contexto escolar.

3.6 Análise pedagógica e ontopsicológica das atividades propostas

O artefato desenvolvido neste trabalho foi estruturado a partir de atividades que abordam quatro dimensões da autonomia: psicológica, legal, econômica e social. Essa organização busca favorecer o desenvolvimento integral do aluno, estimulando a capacidade de reflexão sobre as suas escolhas, atitudes e formas de convivência no ambiente escolar e social.

A gamificação configura-se como um fenômeno emergente, diretamente decorrente da popularização dos jogos digitais e de sua ampla aceitação social. Tal abordagem fundamenta-se nas capacidades intrínsecas dos games de estimular a motivação, favorecer a resolução de problemas e potencializar processos de aprendizagem, sendo aplicável às mais diversas áreas do conhecimento e às múltiplas dimensões da vida dos indivíduos. Esse potencial inerente aos jogos já havia sido identificado há mais de três décadas (PAPERT, 2008).

A autonomia psicológica refere-se à capacidade do indivíduo de reconhecer seus próprios sentimentos, pensamentos e impulsos, aprendendo a se escutar, a sentir a si mesmo. Nas atividades propostas, essa dimensão é trabalhada por meio de situações cotidianas que convidam o aluno a identificar emoções, analisar possibilidades de ação e compreender as consequências de suas escolhas. Sob a perspectiva ontopsicológica, esse exercício favorece o desenvolvimento da consciência sobre si mesmo, contribuindo para a formação de uma personalidade mais responsável e equilibrada.

A autonomia legal está relacionada à compreensão das regras e normas que organizam a convivência social. Ao refletir sobre situações como respeitar a fila, não ridicularizar colegas ou cuidar do ambiente escolar, o aluno é convidado a compreender que as regras não existem apenas como imposições externas, mas sobretudo como instrumentos de proteção e organização da vida coletiva. Nesse sentido, o exercício pedagógico busca desenvolver uma percepção mais concreta sobre a função das normas na garantia do respeito e da convivência harmoniosa entre as pessoas.

A autonomia econômica, por sua vez, trabalha a noção de valor e responsabilidade em relação aos recursos e bens materiais. Ao refletir sobre o cuidado com objetos pessoais, materiais escolares e recursos compartilhados, o aluno é estimulado a compreender que tudo aquilo que utiliza possui um valor e exige responsabilidade. Esse processo educativo contribui para a formação de atitudes mais conscientes em relação ao uso de recursos e ao cuidado com aquilo que é próprio e coletivo.

Já a autonomia social, em âmbito escolar, está relacionada à capacidade de conviver com os outros de forma respeitosa, reconhecendo as diferenças e desenvolvendo atitudes de cooperação e empatia. As atividades propõem reflexões sobre situações de convivência entre colegas, incentivando o aluno a identificar atitudes que promovam respeito, inclusão e colaboração dentro do ambiente escolar.

A atividade integrada denominada “Teatro das Autonomias” amplia essa proposta ao estimular a participação em grupo, permitindo que os alunos representem situações do cotidiano e discutam possíveis escolhas diante de conflitos ou desafios. Essa estratégia pedagógica favorece a aprendizagem ativa, pois os participantes não apenas refletem sobre as situações, mas também as vivenciam simbolicamente por meio da representação.

Por fim, a atividade reflexiva “Eu e as minhas escolhas” busca consolidar o processo de aprendizagem, convidando o aluno a relacionar os conteúdos trabalhados com a sua própria experiência cotidiana. Ao completar as frases propostas, o estudante é incentivado a reconhecer as suas atitudes e a refletir sobre como pode agir de maneira mais assertiva e responsável.

Dessa forma, o conjunto das atividades propostas no artefato contribui para o desenvolvimento da autonomia em diferentes dimensões da vida do aluno, promovendo não apenas a aprendizagem de conteúdos, mas também o fortalecimento da responsabilidade pessoal, da convivência respeitosa e da capacidade de reflexão sobre as próprias escolhas.

Nesse contexto, visando garantir rigor científico ao processo de concepção, desenvolvimento e validação da proposta pedagógica, a pesquisa foi estruturada com base na metodologia Design Science Research (DSR), cujas etapas estão representadas na Figura 2.

Figura 2: Etapas da Design Science Research aplicadas à pesquisa.



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

3.7 Artefatos Criados

LIÇÃO 11 – GUIA DO PROFESSOR / INSTRUTOR

DESENVOLVIMENTO DAS AUTONOMIAS NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

Fundamentação Pedagógica

A Lição 11 fundamenta-se na Pedagogia Ontopsicológica, integrando-se ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) como qualificação pedagógica preventiva, com foco na formação interna do aluno.

Nesta abordagem, a prevenção não se limita à evitação de comportamentos de risco, mas ao desenvolvimento da capacidade de autonomia do sujeito, entendida como a habilidade de escolher com inteligência, responsabilidade e liberdade, preservando a própria dignidade e o convívio social.

A violência, o uso de drogas e os comportamentos autodestrutivos são compreendidos como efeitos de falhas na autonomia, especialmente quando o indivíduo:

- Age por impulso,
- Se deixa conduzir por pressões externas,

- Não compreende as consequências de suas escolhas,
- Perde a capacidade de lidar consigo mesmo.

Assim, prevenir é formar autonomia, e não apenas controlar condutas.

• Objetivo Geral

Promover o desenvolvimento das autonomias **psicológica, legal, econômica e social** como base da convivência ética, da responsabilidade pessoal e da prevenção da violência no ambiente escolar e social.

• Objetivos Específicos

Estimular o autoconhecimento e a compreensão progressiva das emoções.

Desenvolver o respeito às regras como proteção da liberdade, e não como punição.

Introduzir noções iniciais de responsabilidade econômica, cuidado e valor do esforço.

Fortalecer a convivência social ética, baseada no mútuo respeito, colaboração e vínculos futuros.

• Conceito Central da Lição – As Autonomias

As autonomias representam uma impostação prática de como o sujeito se insere com resultado positivo no sistema social, garantindo a si mesmo:

- Como pessoa,
- Como ambiente,
- Como parte da sociedade,
- Como capacidade futura de trabalho e realização.

Ensinar autonomia é ensinar o aluno a posicionar-se sempre em progresso, evitando escolhas que o condicionem, limitem ou comprometam seu futuro.

Desde cedo, o aluno aprende que:

- Toda escolha deixa consequências;
- Escolhas responsáveis ampliam possibilidades;
- Escolhas impulsivas geram limitações.

• Estrutura da Lição

1. Autonomia Psicológica

Eixo central: *Confiar em si mesmo*

A autonomia psicológica é à base de todas as outras autonomias. Ela se refere à capacidade de o aluno:

- Reconhecer emoções,

- Controlar impulsos,
- Escutar a si mesmo antes de decidir,
- Não agir apenas por influência do grupo.

Na Ontopsicologia, autonomia psicológica significa estar em contato consigo mesmo, sem ser dominado por emoções momentâneas, ideologias ou pressões externas.

Para o 5º ano, este conceito deve ser trabalhado de forma simples e concreta, por meio de situações do cotidiano escolar:

- Brigas,
- Provocações,
- Desafios,
- Impulsos de agir sem pensar.

Orientações ao instrutor:

- Evitar discurso de medo ou ameaça.
- Evitar moralismo.
- Estimular reflexão: *“O que acontece quando ajo sem escutar a mim mesmo?”*
- Valorizar o tempo de escuta interior como sinal de força, não de fraqueza.

2. Autonomia Legal

Eixo central: *Regras como garantia de liberdade futura.*

Autonomia legal significa compreender que as regras:

- Organizam a convivência,
- Protegem direitos,
- Garantem possibilidades futuras.

Na perspectiva ontopsicológica, respeitar regras não é submissão, mas inteligência estratégica: quem compreende e respeita as normas preserva sua liberdade de agir no futuro.

Para crianças do 5º ano, esse conceito deve ser trabalhado a partir de:

- Regras da escola,
- Combinados de sala,
- Acordos coletivos.

• Orientações ao instrutor:

- Evitar tom punitivo.
- Não associar regras a castigo.

- Trabalhar a ideia de consequência lógica, não punição.
- Mostrar que escolhas erradas limitam caminhos.

Pergunta-chave:

“O que acontece quando não cuidamos das regras que protegem a convivência?”

3. Autonomia Econômica

Eixo central: *Valor do esforço e da responsabilidade*

A autonomia econômica, no contexto infantil, não se relaciona ao dinheiro em si, mas à construção da responsabilidade sobre aquilo que se recebe, usa e cuida.

Na Ontopsicologia, a falta de autonomia econômica gera dependência, submissão e perda de liberdade de escolha ao longo da vida.

Para o 5º ano, este eixo deve ser trabalhado por meio de:

- Cuidado com materiais escolares,
- Respeito ao trabalho dos outros,
- Valorização do esforço diário,
- noção de conquista gradual.

Orientações ao instrutor:

- Evitar associação direta com dinheiro.
- Trabalhar valor, cuidado e responsabilidade.
- Mostrar que quem cuida do que é seu cresce em liberdade.

Pergunta-chave:

“O que acontece quando não cuidamos do que usamos?”

4. Autonomia Social

Eixo central: *Convivência ética*

Autonomia social é a capacidade de conviver em grupo:

- Respeitando diferenças,
- Colaborando,
- Construindo vínculos futuros.

Na Ontopsicologia, quanto mais o indivíduo cresce socialmente, mais precisa ser autônomo para não se tornar refém de grupos, favores ou dependências.

Para crianças, esse conceito deve ser trabalhado a partir de:

- Amizades,

- Brincadeiras,
- Escolhas no grupo,
- Respeito mútuo.

Orientações ao instrutor:

- O instrutor não é salvador.
- O professor não é controlador.
- Ambos atuam como mediadores do desenvolvimento da autonomia.

Pergunta-chave:

“Como posso conviver bem sem deixar de ser eu mesmo?”

Metodologia Recomendada

- Linguagem simples e acessível.
- Exemplos do cotidiano escolar.
- Perguntas abertas.
- Espaço para expressão sem julgamento.
- Escuta ativa e postura coerente do adulto.

Sugestões de perguntas norteadoras:

- “O que acontece quando escolhemos por impulso?”
- “Quem manda nas suas escolhas?”
- “O que é ser forte de verdade?”

Considerações Finais ao Educador

A Lição 11 não tem caráter disciplinador, mas formativo.

Seu sucesso depende da coerência entre discurso e postura do adulto. Prevenir não é controlar. Prevenir é formar autonomia.

Quando o aluno aprende a lidar consigo mesmo, a violência perde espaço.

FICHÁRIO 1:

AS AUTONOMIAS COMO BASE DA PREVENÇÃO E DA VIDA SOCIAL: APLICAÇÃO NA LIÇÃO 11 DO PROERD

Público-alvo

Professores da Educação Básica e instrutores do PROERD.

• Objetivo geral

Compreender o conceito de autonomia, segundo a Pedagogia Ontopsicológica, como base prática para a inserção positiva do indivíduo no sistema social, prevenindo a violência, a delegação de responsabilidade e escolhas que geram condicionamentos futuros.

● **Objetivos específicos**

- Compreender a autonomia como capacidade de posicionar-se com êxito no sistema social.
- Superar a visão assistencialista ou salvacionista da prevenção.
- Introduzir o conceito de progresso contínuo e responsabilidade pessoal.

● **Conteúdos**

1. **Autonomia como impostação prática de vida**

- Posicionar-se no sistema social com êxito.
- Nunca escolher situações que gerem condicionamento.
- Progresso como critério de escolha (trabalho, estudo, relações).

2. **Juventude, escolhas e responsabilidade**

- Ganhar a si mesmo, para também servir aos outros.
- A juventude como escola de maturidade social.
- Relação entre escolhas precoces e consequências futuras.

3. **Prevenção como formação**

- Violência como falha de autonomia.
- Educação preventiva como construção interna, não imposição externa.

Metodologia

- Exposição dialogada.
- Análise de exemplos reais (anonimizados).
- Dinâmica reflexiva: “Escolhas que libertam x escolhas que condicionam”.

Tempo sugerido

2h30min.

Resultados esperados

- Mudança de paradigma sobre prevenção.
- Compreensão da autonomia como eixo estruturante da formação humana.
- Alinhamento conceitual entre educação e segurança pública.

FICHÁRIO 2:

AUTONOMIA PSICOLÓGICA E LEGAL COMO BASE INTERNA E ESTRUTURAL DA PREVENÇÃO: APLICAÇÃO NA LIÇÃO 11 DO PROERD

Público-alvo

Professores e instrutores do PROERD.

• Objetivo geral

Aprofundar o entendimento das autonomias psicológicas e legal como fundamentos internos e estruturais para escolhas responsáveis, prevenção da violência e redução de comportamentos de risco.

• Objetivos específicos

- Compreender a autonomia psicológica como relação madura consigo mesmo.
- Identificar riscos de decisões tomadas sob estados emocionais cegos.
- Demonstrar a autonomia legal como garantia concreta de liberdade futura.

Conteúdos

1. Autonomia psicológica

- Encontrar-se consigo mesmo: autoconhecimento e auto-avaliação.
- Emoção, paixão e “cegueira” decisional.
- A calma como aliada da escolha responsável.
- Relações afetivas, família e rede emocional: gestão com inteligência.
- Ideologias como forma de condicionamento psicológico.
- Em Si ôntico como critério interno de verdade.

2. Autonomia legal

- Liberdade civil como condição de futuro.
- Erros juvenis e suas consequências legais.
- Documentos, registros e histórico legal como “passe-partout” social.
- Leis como instrumentos de autonomia, não de punição.

Metodologia

- Exposição dialogada.
- Estudos de caso hipotéticos (relacionamentos, escolhas legais, decisões impulsivas).
- Debate orientado: “O que parece liberdade hoje pode ser prisão amanhã?”

Tempo sugerido

3 horas.

Resultados esperados

- Consciência sobre o impacto das escolhas emocionais e legais.
- Compreensão da lei como proteção da liberdade.
- Qualificação do discurso preventivo em sala de aula.

FICHÁRIO 3:

AUTONOMIA ECONÔMICA E SOCIAL: APLICAÇÃO NA LIÇÃO 11 DO PROERD

Público-alvo

Instrutores do PROERD e professores do 5º ano do ensino fundamental.

• Objetivo geral

Orientar sobre as autonomias econômica e social como fatores decisivos de liberdade, dignidade e prevenção da violência.

• Objetivos específicos

- Compreender a autonomia econômica como chave da liberdade pessoal.
- Analisar dependências sociais e institucionais.

Conteúdos

1. Autonomia econômica

- Liberdade econômica como base da dignidade.
- Dependência financeira e condicionamento de escolhas.
- Relações afetivas mediadas pela economia.
- Trabalho, estudo e responsabilidade progressiva.
- “Pagar a própria liberdade” como construção diária.

2. Autonomia social

- Dependência de sistemas de poder (político, religioso, institucional, etc.)
- Favores, dívidas sociais e condicionamento futuro.
- Importância de um passado limpo (legal, fiscal, social).
- Crescimento social com inteligência e reciprocidade ética.

Metodologia

- Oficina prática (escolhas responsáveis, consequências futuras, liberdade com responsabilidade).

- Construção coletiva de exemplos pedagógicos.
- Discussão de adequação à realidade local.

Tempo sugerido

3horas.

Resultados esperados

- Domínio conceitual das autonomias econômica e social.
- Autoconfiança.
- Compreensão da prevenção baseada em inteligência e autonomia, não em imposição.
-

FECHAMENTO DO CICLO FORMATIVO**Síntese-chave para professores e instrutores:**

Prevenir não é vigiar, punir ou assustar. Prevenir é formar um sujeito capaz de escolher bem, responder por si e crescer com inteligência dentro da sociedade.

IMAGEM FRENTE CARTAZ LIÇÃO 11:

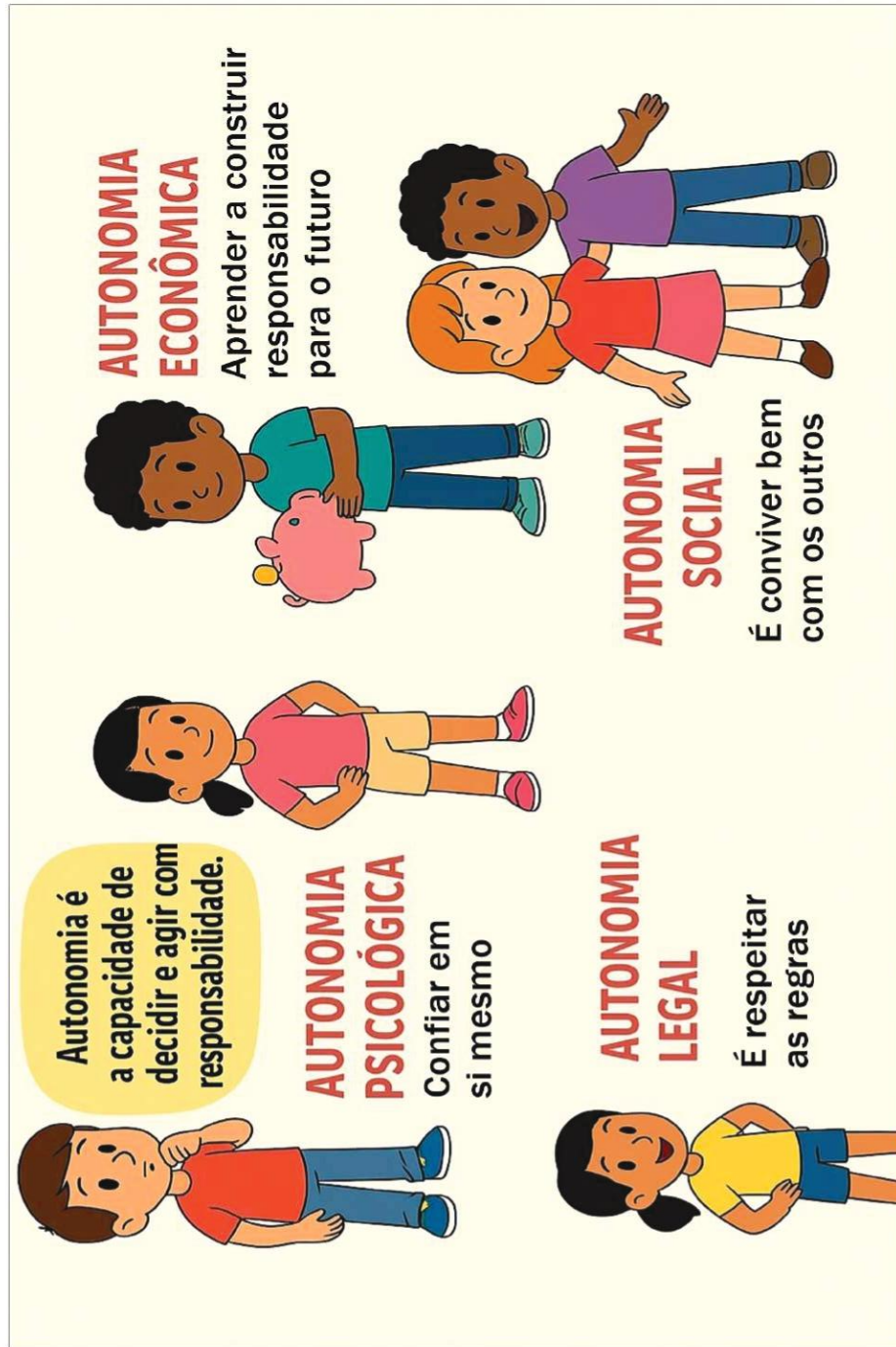


IMAGEM VERSO CARTAZ LIÇÃO 11:

Cartaz 11

O que são as autonomias?

Ensinando a Lição

O que é autonomia?

Autonomia é aprender a fazer boas escolhas. Todos os dias fazemos escolhas: o que falar, como agir, como tratar os outros. Algumas escolhas ajudam, outras podem trazer problemas.

Quando aprendemos a confiar em nós mesmos, conseguimos escolher melhor e cuidar do nosso futuro.

Ser autônomo não é fazer tudo o que dá vontade, mas saber o que é melhor para si e para os outros.

Autonomia Psicológica – Confiar em si mesmo

Autonomia psicológica é aprender a entender as nossas emoções.

Às vezes ficamos com raiva, tristes ou com vontade de agir sem medir as consequências. O importante é não seguir o impulso.

Quando a criança para, escuta a si mesma e escolhe com calma, ela demonstra força interior.

Avaliar antes de agir ajuda a evitar brigas, violência e decisões erradas.

Autonomia Legal – As regras protegem você

As regras existem para organizar a convivência e proteger as pessoas.

Na escola, em casa e na rua, seguir regras ajuda a manter a segurança e o respeito entre todos.

Respeitar as regras não é castigo. É uma forma de garantir liberdade, cuidado e convivência justa.

Autonomia Psicológica
Confiar em si mesmo

Autonomia Legal
É respeitar as regras

Autonomia Social
É conviver bem com os outros

Autonomia Econômica
Aprender a construir responsabilidade para o futuro

Conceito

Autonomia é a capacidade de pensar, escolher e agir com responsabilidade. Ser autônomo é aprender a mandar em si mesmo, cuidando das próprias escolhas, respeitando os outros e pensando no futuro. Quando uma pessoa desenvolve autonomia, ela se protege de situações de risco, evita a violência e aprende a conviver melhor na escola, na família e na sociedade.

Objetivos

- Ensinar as crianças a confiarem em si mesmas.
- Compreender que regras existem para proteger a todos.
- Estimular o cuidado com materiais, pessoas e ambientes.
- Saber se posicionar na convivência em grupo sem machucar ninguém.

Palavras-chave

Autonomia, Ontopsicologia, Escolhas



CENTRO DE TREINAMENTO
RIO GRANDE DO SUL - BRASIL



Proerd
PARA RESISTIR
ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA



GERDAU

QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS - AS MINHAS AUTONOMIAS

1. Autonomia Psicológica - “Confiar em si mesmo”

Atividade: **Pare, Escute a si mesmo e Escolha**

Leia a situação e responda: Um colega empurra você na fila e você fica com raiva e pensa em empurrar também. **O que você está sentindo?**

- a. Quais são as opções que você tem?
- b. Quais consequências podem acontecer em cada escolha?
- c. Qual é a melhor escolha? Por quê?

2. Autonomia Legal - “Regras que Protegem”

Atividade: **Certo, Errado e Por quê?** Marque (X) e explique:

Situação	Certo	Errado	Por quê?
Respeitar a fila da merenda	☐	☐	
Rir de um colega na sala	☐	☐	
Jogar lixo no chão	☐	☐	
Pedir permissão para sair da escola	☐	☐	

Depois responda:

Como as regras ajudam a proteger as pessoas?

3. Autonomia Econômica - “Tudo Tem Valor”

Atividade: **Cuidar do que é Meu e do que é do Outro**

Complete:

- a. Uma coisa que eu cuido bem na escola é:

- b. O que acontece quando eu não cuido dos materiais?
- c. Escreva uma atitude que mostra responsabilidade com o dinheiro e os recursos:
- d. Por que é importante cuidar do que usamos?

4. Autonomia Social — “Conviver com Respeito”

Atividade: **Escolhas Que Ajudam o Grupo**

Leia e responda:

- a. Um grupo de colegas começou a rir de um estudante por causa da sua aparência. O que você pode fazer nessa situação?
- b. Qual atitude demonstra respeito?
- c. Por que respeitar as diferenças é importante?

ATIVIDADE INTEGRADA - TEATRO DAS AUTONOMIAS

Em grupo, crie uma pequena cena com 3 personagens. Escolha um tipo de Autonomia e mostre:

- A situação
- A escolha mais produtiva naquele contexto
- A escolha que pode causar dificuldade

Depois, cada grupo responde:

1. Qual autonomia vocês trabalharam?
2. Qual foi a melhor escolha? Por quê?

ATIVIDADE REFLEXIVA: “EU E AS MINHAS ESCOLHAS”

Complete as frases:

Eu uso autonomia quando?

Eu respeito as regras porquê?

Eu cuido do que é meu e do que é dos outros quando?

Eu convivo melhor quando?

EXERCÍCIO FINAL - O SEMÁFORO DAS ESCOLHAS

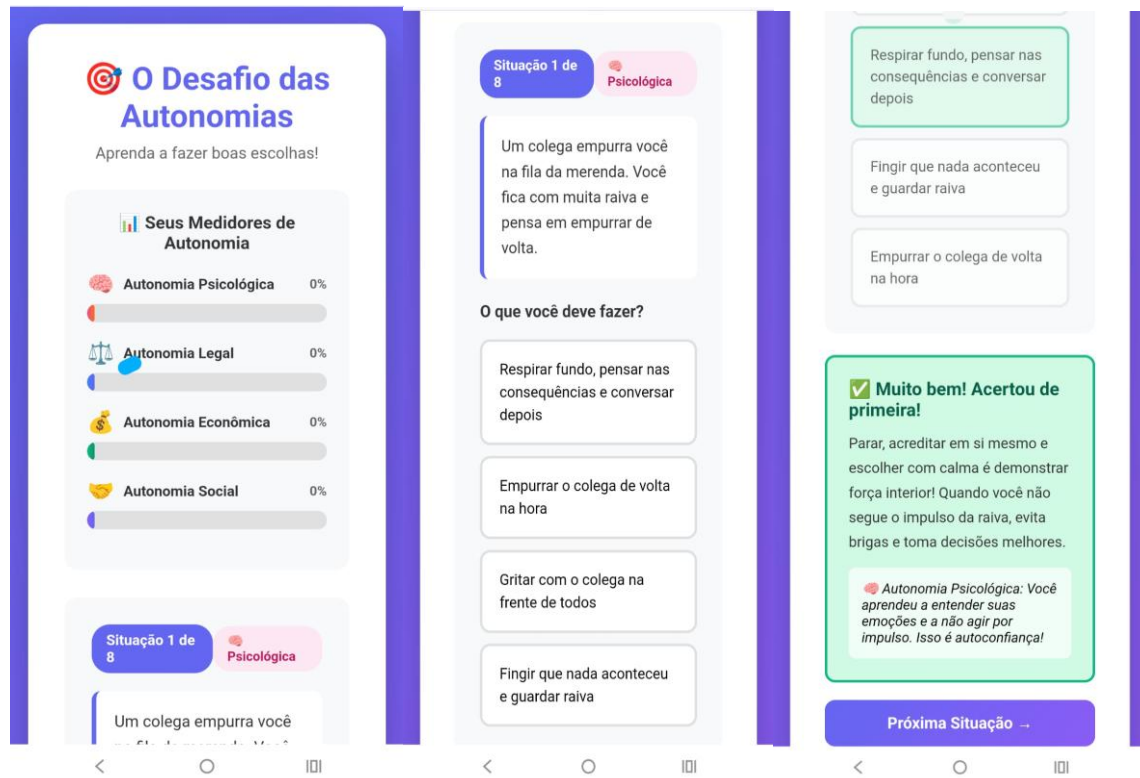
Desenhe um semáforo e peça ao aluno para escrever

Pare! — “Escolhas que eu NÃO devo fazer”

Atenção! — “Escolhas que exigem cuidado”

Siga! — “Boas escolhas para meu futuro”

ATIVIDADES - EXERCÍCIOS QUIZ:



4. Discussões e resultados

Os resultados desta pesquisa convergem para a compreensão de que ações preventivas voltadas à violência escolar necessitam ultrapassar modelos reativos e fragmentados, incorporando soluções integradas entre Educação, Segurança Pública e a Pedagogia Ontopsicológica. A análise teórica e documental evidenciou que, embora iniciativas sejam adotadas em diversos municípios brasileiros, ainda persistem lacunas na articulação sistemática entre a escola, a comunidade e as forças de segurança, especialmente no que se refere à formação integral do estudante e à leitura antecipada de comportamentos sociais de risco.

No âmbito dos resultados obtidos nesta pesquisa, destaca-se como principal produto a construção de uma nova lição a ser incorporada ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), concebida em conformidade com o padrão metodológico e pedagógico já consolidado pelo programa. Tal artefato foi desenvolvido com base nos pressupostos da Design Science Research, integrando, de maneira inovadora, os fundamentos

da Pedagogia Ontopsicológica à estrutura didática do PROERD, especialmente no que se refere à promoção das autonomias do sujeito.

A proposta elaborada mantém a coerência com a metodologia interativa e socioemocional do programa, ao mesmo tempo em que introduz uma abordagem aprofundada de autoconhecimento, responsabilidade e tomada de decisão assertiva, evidenciando, assim, a aplicabilidade prática da Ontopsicologia como ferramenta complementar no fortalecimento das ações preventivas no ambiente escolar.

Entre as referências analisadas, destacam-se os apontamentos de Da Silva (2012), cuja pesquisa revelou que o PROERD, ao ser incorporado ao Projeto Político-Pedagógico de uma escola da rede estadual, assumiu sentidos relacionados a uma expectativa de “salvação” da comunidade escolar por meio da intervenção policial. O estudo identificou uma percepção social que atribui ao programa a função de conter problemas já manifestados, reforçando o discurso de que “violência e indisciplina são casos de polícia” (Da Silva, 2012).

A partir dessa perspectiva, observa-se que, quando a prevenção é reduzida à presença institucional da polícia ou à lógica da autoridade, há o risco de se produzir dependência externa, em detrimento do desenvolvimento das autonomias dos sujeitos. Tal modelo, embora relevante em situações específicas, mostra-se insuficiente para promover as mudanças estruturais e duradouras no comportamento dos jovens estudantes.

Em contraposição a essa lógica, os resultados desta pesquisa indicam que a prevenção eficaz da violência escolar deve ser compreendida como um processo formativo mais global, por exemplo, centrado no desenvolvimento das autonomias psicológica, legal, econômica e social. Nesse sentido, a Pedagogia Ontopsicológica apresenta-se como uma proposta de formação de sujeitos capazes de compreender a si mesmos, gerir as suas emoções e tomar decisões assertivas e responsáveis.

Dessa forma, o principal resultado desta pesquisa, orientada pelo método Design Science Research, consistiu na proposição de um artefato pedagógico inovador: a inserção da Lição 11 na cartilha do PROERD, estruturada a partir dos fundamentos da Pedagogia Ontopsicológica.

Considerando a forte presença das tecnologias digitais na vida de crianças e adolescentes, o artefato inclui ainda a proposta de criação de meios digitais de comunicação e formação, tais como um quiz, chamado “O desafio das Autonomias”. Essa previsão dialoga com Rosa (2009), que destaca que para que a transmissão da informação ocorra de forma eficaz, é fundamental selecionar adequadamente os símbolos e códigos utilizados, garantindo que a

mensagem enviada pelo emissor seja compreendida pelo receptor da mesma maneira. Assim, é imprescindível que ambos dominem os códigos empregados.

Essa proposta representa um avanço em relação ao modelo tradicional do programa, ao ampliar sua dimensão educativa e incorporar, de forma sistematizada, o desenvolvimento das autonomias como eixo central da prevenção. Ao atuar diretamente na formação do estudante, o artefato contribui para a construção de uma consciência ética e para o fortalecimento do protagonismo juvenil.

Ademais, a pesquisa apontou que a integração entre Educação e Segurança Pública deve ocorrer de maneira horizontal e colaborativa, superando práticas autoritárias e promovendo uma atuação baseada no diálogo, na corresponsabilidade e na formação contínua dos profissionais envolvidos.

Assim, destaca-se que os resultados obtidos reforçam a necessidade de uma mudança de paradigma na prevenção da violência escolar: de um modelo centrado na contenção e na resposta ao problema para uma abordagem orientada à formação integral do indivíduo. Nesse cenário, a articulação entre o PROERD e a Pedagogia Ontopsicológica apresenta-se como uma estratégia promissora, capaz de atuar tanto nas causas quanto nas manifestações da violência, contribuindo para a construção de ambientes escolares mais seguros, assertivos e humanizados.

O artefato mantém o compromisso de oferecer uma proposta formativa qualificada, voltada à prevenção do uso de drogas por meio do desenvolvimento de habilidades essenciais para a tomada de decisões seguras e responsáveis. Nesse contexto, o policial instrutor do PROERD permanece como elemento central na aplicação do currículo, desempenhando papel fundamental na mediação pedagógica e na aproximação dos conteúdos à realidade dos alunos. Assim, o trabalho será apresentado, a título de sugestão, ao Comando Regional da Polícia Militar da 4ª Colônia de Imigração Italiana, com vistas à sua apreciação e possível implementação, contribuindo para que os instrutores do PROERD tornem as lições mais contextualizadas e significativas.

Não obstante, considerando a natureza aplicada da Design Science Research (DSR), propõe-se, como desdobramento desta pesquisa, a realização de um pré-teste do artefato desenvolvido, com o objetivo de validar sua aplicabilidade e adequação pedagógica junto a um grupo maior de participantes.

5. Considerações Finais

A presente pesquisa teve como objetivo investigar de que forma a Pedagogia Ontopsicológica, aliada à Segurança Pública, pode oferecer soluções preventivas e

educacionais para fortalecer a segurança escolar na região da 4ª Colônia de Imigração Italiana, especialmente por meio das práticas do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD). Fundamentado em uma abordagem qualitativa e estruturado metodologicamente a partir do Design Science Research (DSR), o estudo possibilitou compreender a violência escolar como um fenômeno complexo e multidimensional, cuja prevenção demanda estratégias educativas integradas, contínuas e orientadas para a formação humana, superando abordagens pontuais ou meramente repressivas.

Conforme evidenciado no referencial teórico, a Pedagogia Ontopsicológica apresenta fundamentos consistentes para a atuação preventiva no contexto educacional, ao priorizar o desenvolvimento integral do sujeito e o fortalecimento das autonomias psicológica, legal, econômica e social. Ao direcionar o processo educativo para o autoconhecimento, o discernimento e a responsabilidade ética, essa abordagem pedagógica incide sobre dimensões internas do indivíduo, frequentemente desconsideradas em políticas tradicionais de enfrentamento da violência escolar.

O PROERD, por sua vez, configura-se como uma política pública de prevenção primária que aproxima a Segurança Pública da comunidade escolar por meio de práticas educativas estruturadas. Entretanto, a análise teórica e empírica indicou que, quando ações preventivas permanecem restritas à lógica da autoridade ou à figura do policial instrutor, podem reforçar representações sociais de dependência institucional e reduzir o protagonismo pedagógico da escola e dos estudantes, conforme apontado por Da Silva (2012). Tal constatação reforça a necessidade de qualificação pedagógica do programa, sem descaracterizar a sua identidade institucional.

Nesse contexto, o principal resultado desta pesquisa, enquanto estudo orientado pelo Design Science Research, consistiu na proposição e desenvolvimento de um artefato pedagógico concreto: a elaboração da Lição 11 da cartilha do PROERD, atualmente estruturada em dez lições. Essa nova lição foi concebida com foco central na apresentação, compreensão e desenvolvimento das autonomias psicológica, legal, econômica e social, conforme os pressupostos da Pedagogia Ontopsicológica, configurando-se como um complemento formativo às lições já existentes.

Como considerações finais, destaca-se que o desenvolvimento do quiz digital “O Desafio das Autonomias” consolidou-se como uma estratégia pedagógica inovadora e complementar ao artefato proposto, ao integrar tecnologia, interatividade e avaliação formativa no processo de ensino-aprendizagem. O recurso possibilitará não apenas a verificação dos conhecimentos construídos pelos alunos do PROERD, mas também favorecer o engajamento,

a participação ativa e a reflexão crítica sobre as diferentes dimensões da autonomia trabalhadas ao longo do projeto. Ademais, ao dialogar com práticas educacionais contemporâneas e com o universo digital dos estudantes, o quiz contribuirá para a qualificação das ações pedagógicas, evidenciando o potencial do uso de tecnologias educacionais como instrumento de fortalecimento da aprendizagem significativa e do desenvolvimento integral dos educandos.

A proposta da Lição 11 destina-se, inicialmente, aos alunos do 5º ano do ensino fundamental, contemplando linguagem acessível, atividades reflexivas e situações-problema que favoreçam o autoconhecimento, a responsabilidade ética e a capacidade de decisão assertiva. Paralelamente, o artefato inclui a elaboração de um material pedagógico específico de apoio aos professores e instrutores do PROERD, com orientações teóricas e metodológicas para a aplicação da lição, assegurando coerência entre os fundamentos ontopsicológicos e a prática pedagógica em sala de aula.

A inserção da Lição 11 na cartilha do PROERD busca qualificar o caráter preventivo do programa, ampliando a sua dimensão educativa e alinhando-o a uma proposta pedagógica voltada à formação de sujeitos autônomos e responsáveis. Ao atuar em um momento estratégico do percurso escolar, a proposta contribui para a consolidação de bases éticas e relacionais que favorecem a convivência pacífica e a prevenção da violência no ambiente escolar.

Como desdobramento do artefato proposto, recomenda-se a utilização da Lição 11 como eixo estruturante para ações de formação continuada de professores e instrutores do PROERD, aprofundando os fundamentos da Pedagogia Ontopsicológica e da sua aplicação prática no desenvolvimento das autonomias. Tal iniciativa fortalece a atuação integrada entre Educação e Segurança Pública, reduzindo abordagens autoritárias e promovendo práticas pedagógicas mais dialógicas e formativas.

Destaca-se, ainda, a consonância da proposta com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), ao contribuir para a construção de ambientes escolares mais seguros, éticos e participativos. A qualificação pedagógica do PROERD, por meio da Lição 11, insere-se, assim, em um compromisso mais amplo com o desenvolvimento humano sustentável.

Por fim, ressalta-se a importância da divulgação dos resultados desta pesquisa em congressos e eventos científicos relacionados às áreas da educação, segurança pública e políticas preventivas, possibilitando o diálogo acadêmico, a validação do artefato e o aprimoramento contínuo da proposta.

Conclui-se, portanto, que o desenvolvimento da Lição 11 da cartilha do PROERD, fundamentada na Pedagogia Ontopsicológica e orientada ao fortalecimento das autonomias,

constitui uma contribuição relevante e inovadora para a prevenção da violência escolar. Ao reafirmar a educação como ato essencialmente preventivo e ontológico, este trabalho aponta caminhos concretos para a qualificação de políticas públicas educativas, capazes de promover transformações duradouras na formação humana e na convivência social.

REFERÊNCIAS

ANGELUCI, Alan Cesar Belo et al. **Design Science Research como método para pesquisas em TDIC na Educação**, Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2020.

BELINO, Eduardo de Oliveira. **A violência escolar e suas manifestações: causas, consequências e possibilidades de intervenção pedagógica**. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, 2023. (Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura em Pedagogia).

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRUNETA, Antônio Alberto. **B. O. da Educação: a visão dos policiais militares sobre autoridade e a educação**. Universidade Federal de São Carlos, 2003. (Dissertação de Mestrado).

D.A.R.E, Drug Abuse Resistance Education. **História como líder na prevenção de drogas**. 2023. Disponível em: www.dare.org. [Acesso em: 16 out. 2025.]

D.A.R.E, Drug Abuse Resistance Education. **Procedimentos e Diretrizes para Centros de Treinamento Internacionais**. 2020. Disponível em: www.dare.org. Acesso em: 16 out. 2025.

DALL'IGNA, Letícia; SILVA, Cilon Freitas da. **Análise comparativa sobre as coordenações estaduais do Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) nas polícias militares do Brasil**. Porto Alegre: IPBM, 2011.

DA SILVA, Emerson B. **A educação ambiental na formação e na atuação policial militar**. Pontífica Universidade Católica de Goiás, 2008. (Dissertação de Mestrado).

DA SILVA, Plínio Vinícius Silva. **O programa educacional de resistência às drogas e à violência, o projeto político pedagógico e as implicações na dinâmica da escola: estudo de um caso**. [s.l.]: Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS, 2012.

DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel Pacheco; JÚNIOR, José Antônio Valle Antunes. **Design Science Research: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia**. Porto Alegre: Bookman Editora, 2015.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. **Estudos Avançados**, v. 15, p. 259-268, 2001. GIORDANI, Estela Maris. **Pedagogia Ontopsicológica: a formação integral da pessoa**

protagonista responsável. In: Fundação Antonio Meneghetti. **Ontopsicologia Ciência Interdisciplinar**. Vol. 1. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2013. p. 153-190.

GIORDANI, Estela Maris. Pedagogia Ontopsicológica para pais e educadores. In: Fundação Antonio Meneghetti. **Pedagogia Contemporânea: responsabilidade e formação do jovem para a sociedade do futuro**. São João do Polêsine: Fundação Antonio Meneghetti, 2017. p. 59-65.

GIORDANI, Estela Maris; MORO, Adriane Mendes. A subjetividade no processo pedagógico das orientações no ensino superior. In: FREITAS, Deisi Sangoi. et al. **Ações educativas e estágios curriculares supervisionados**. Santa Maria: UFSM, 2007. p. 87-107.

GIORDANI, Estela Maris; MORO, Adriane Mendes. Pedagogia Ontopsicológica na Orientação do Estágio dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Nuances: **Estudos Sobre Educação**, 2011. 44–62. <https://doi.org/10.14572/nuances.v20i21.1091>. [Acesso em: 10 out. 2025.]

GIORDANI, Estela Maris; MORO, Adriane Mendes; PETRY, Ana Maris. **Contribuições da Pedagogia Ontopsicológica à Formação e Prática Pedagógica para o Terceiro Milênio**. Recanto Maestro: Associação Brasileira de Ontopsicologia, 2014. Disponível em: <http://www.ontopsicologia.org.br/publicacoes/livros-ecapitulos/contribuicoes-da-pedagogia-ontopsicologica-a-formacao-epratica-pedagogica-para-o-terceiro-milenio/134>. [Acesso em: 05 set. 2025.]

LINHARES, Sólón Cícero. **Políticas públicas e o PROERD em Curitiba/ PR**. Universidade Federal do Paraná, 2006. (Dissertação de Mestrado).

LINS, Eleta Cristina Santos da Fonsêca. **Análise do programa educacional de resistência às drogas e à violência em Pernambuco**. Universidade Federal de Pernambuco, 2009. (Dissertação de Mestrado).

LOPES, Jandicleide Evangelista. **As representações sociais de prevenção ao abuso de drogas dos professores do ensino fundamental: um estudo de caso**. Universidade Federal do Paraná, 2003. (Dissertação de Mestrado).

MACEDO, Juliana de carvalho Albrecht. **Práticas Educativas da Polícia Militar do estado de São Paulo. O Programa educacional de resistência às Drogas e à Violência**. Universidade estadual de campinas, 2008. (Dissertação de mestrado).

MENEGHETTI, Antonio. **Manual de Ontopsicologia**. 4. ed. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2010.

MENEGHETTI, Antonio. **Os jovens e a ética ôntica**. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2013.

MENEGHETTI, Antonio. **Residence Ontopsicológico**. 4. ed. Recanto Maestro (RS): Ontopsicológica. 2016.

MENEGHETTI, Antonio. **Antonio Meneghetti sobre... Jovens e realidade cotidiana**. Recanto Maestro: Fundação Antonio Meneghetti, 2017.

MENEGHETTI, Antonio. **Pedagogia Ontopsicológica**. 6 ed. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2019.

MENEGHETTI, Antonio. **Dicionário de Ontopsicologia**. 5. ed. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2021.

MENEGHETTI, Antonio. **Manual de Ontopsicologia**. 4. ed. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2022.

MENEGHETTI, Antonio. Pedagogia Contemporânea: responsabilidade e formação do líder para a sociedade futura. In: Fundação Antonio Meneghetti. **Pedagogia Contemporânea: responsabilidade e formação do jovem para a sociedade do futuro**. São João do Polêsine: Fundação Antonio Meneghetti, 2017. p. 23-41.

NOGUEIRA, Adriana Nunes. **O currículo do programa educacional de resistência às drogas e à Violência- PROERD da Polícia Militar do estado de São Paulo: exercício de cidadania**. Pontífica Universidade católica de São Paulo, 2010. (Dissertação de Mestrado).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015.

PAPERT, Seymour. **A Máquina das Crianças: Repensando a Escola na Era da Informática**. Trad. Sandra Costa. Porto Alegre: Artmed, 2008.

PEREIRA, Matheus Grigoletto; SALES, Thiago Henrique da Silva de; DE OLIVEIRA, Rafael Eduardo. **Policiamento Comunitário como Prática Educacional: Um Diálogo sobre o Impacto na Realidade Brasileira**. Homens do Mato-Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública, v. 22, n. 2, p. 109, 2023. Disponível em: <http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/571>. [Acesso em: 09 out. 2025.]

PEROVANO, Gean Dalton. **Concepção dos instrutores do programa educacional de resistência às drogas e à violência sobre a sua formação**. Universidade Federal do Paraná, 2006. (Dissertação de mestrado).

RATEKE, Deise. **A escola pública e o PROERD: tramas do agir policial na prevenção às drogas e às violências**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. (Dissertação de Mestrado).

RIBEIRO, Nirlane de Souza Barroso. **Políticas públicas de prevenção às drogas: uma análise do PROERD em Montes Claros**. Universidade Estadual de Montes Claros, 2007. (Dissertação de Mestrado).

RODRIGUES, Léo. **Violência nas escolas tem aumento de 50% em 2023**. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-11/violencia-nas-escolas-tem-aumento-de-50-em-2023>. [Acesso em: 22 dez. 2025.]

ROSA, Aparecida Silvério. **Comunicação: a ferramenta do profissional**. Revista do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão do UNIPAM, n. 6, p. 141–155, 2009.

SANTOS, Andreza do Amarante dos; BOHRER, Jarbas Luiz. **A Brigada Militar na escola como estratégia de prevenção à violência: uma análise a partir do Projeto Intervenções realizado no município de Passo Fundo**. Porto Alegre: IPBM, 2022.

UNESCO. **Relatório Mundial sobre a Violência contra Crianças e Adolescentes nas Escolas**. Paris: UNESCO, 2019.